

2019

# Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



# FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

## **Presidente**

Antonio Luiz da Silva Laginestra

## **Vice-Presidente**

Jorge Farah

## **Secretário**

Luiz Fernando da Silva

## **Vogais**

José Luiz da Rosa Ponte

Kival Simão Arbex

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

## **CONSELHO CURADOR**

Alexandre Fernandes de Marins

Carlos Alfredo Carracena

Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza

José Luiz Guedes

Luiz Roberto Veiga Corrêa de Figueiredo

## **DIREÇÃO GERAL**

Luis Eduardo Possidente Tostes

F977 Fundação Educacional Serra dos Órgãos.  
Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso – Direito /  
Fundação Educacional Serra dos Órgãos. --- Teresópolis: UNIFESO, 2019.  
81 f.

1-Fundação Educacional Serra dos Órgãos. 2- Centro Universitário Serra dos  
Órgãos. 3- Teste de Progresso. 4- Direito. I. Título.

CDD 340

## **EDITORA UNIFESO**

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto- Teresópolis -RJ-CEP:25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: [editora@unifeso.edu.br](mailto:editora@unifeso.edu.br)

Endereço Eletrônico:

<http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

**Copyright© 2020**

Direitos adquiridos para esta edição pela Editora  
UNIFESO

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### MANTIDA: CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO

#### CHANCELARIA

Antonio Luiz da Silva Laginestra

#### REITORIA

Verônica Santos Albuquerque

#### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

José Feres Abido Miranda

#### CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

Ana Maria Gomes de Almeida

#### Curso de Graduação em Administração

Jucimar André Secchin

#### Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Jucimar André Secchin

#### Curso de Graduação em Direito

Lucas Baffi Ferreira Pinto

#### CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS

Mariana Beatriz Arcuri

#### Curso de Graduação em Ciências

##### Biológicas

Carlos Alfredo Franco Cardoso

#### Curso de Graduação em Enfermagem

Selma Vaz Vidal

#### Curso de Graduação em Fisioterapia

Andréa Serra Graniço

#### Curso de Graduação em Medicina

Simone Rodrigues

#### Curso de Graduação em Medicina

##### Veterinária

André Vianna Martins

#### Curso de Graduação em Nutrição

Natália Boia Soares Moreira

#### Curso de Graduação em Odontologia

Alexandre Vicente Garcia Suarez

#### Curso de Graduação em Psicologia

Ana Maria Pereira Brasilio de Araújo

#### CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT

Vivian Telles Paim

#### Curso de Graduação em Curso de Arquitetura e Urbanismo

Felipe Pinheiro Teixeira

#### Curso de Graduação em Ciência da Computação

Laion Luiz Fachini Manfroi

#### Curso de Graduação em Engenharia de Produção

Rafael Murta Pereira

#### Curso de Graduação em Engenharia Civil

Heleno da Costa Miranda

#### DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Roberta Montello Amaral

#### DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Edenise da Silva Antas

#### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Solange Soares Diaz Horta

#### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Michele Mendes Hiath Silva

#### ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

#### CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro

#### CLÍNICA-ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Andréa Serra Graniço

#### CLÍNICA-ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rafael Rempto

#### CLÍNICA-ESCOLA DE ODONTOLOGIA PROF. LAUCYR PIRES DOMINGUES

Leonardo Possidente Tostes

#### HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE TERESÓPOLIS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa

## APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil foi aplicado em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999, por determinação da CINAEM. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de graduação em Administração, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a mesma complexidade das questões para todos os períodos. São sessenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e cinquenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso.

O Teste de Progresso é um instrumento que permite avaliar o progresso do estudante, das turmas, do currículo e das ferramentas avaliativas, além disso é um instrumento fundamental para a garantia de uma AUTO-AVALIAÇÃO DISCENTE e do curso.

## ORGANIZADORA

Roberta Montello Amaral

## AUTORES

Ana Lucia Torres dos Santos

Antônio Carlos Pimentel

Aryane Gonçalves Dias Hodgson

Caio Márcio Gutterres Taranto

Carla Ferreira Gonçalves

Carlos Henrique Ramos

Christiane Vaz Sa Viana

Claudia Aguiar Silva Britto

Debora Lubrano de Mendonça

Edson Medeiros Branco Luiz

Eliza Maria de Oliveira Bianchi

Eneisa Miranda Bittencourt

Erika Kubik da Costa Pinto

Fernando Rangel Alvarez dos Santos

Gisele Alves de Lima Silva

João Cardoso de Castro

Joaquim Humberto Coelho de Oliveira

Jose Carlos Zebulum

Josimar Domingues Teixeira

Jucineia de Cassia Granito da Rosa Oliveira

Julio Cesar Figueiredo Offredi  
Kátia Oliveira Brites  
Leonardo Figueiredo Barbosa  
Litiane Motta Martins Araujo  
Lucas Baffi Ferreira Pinto  
Lygia Brandao da Silva Pombo  
Marcos Fonseca da Rocha  
Maria da Conceição Monteiro de Magalhães  
Paulo Cruz da Silva Junior  
Raphael Vieira da Fonseca Rocha  
Renato Meirelles Guerra Neto  
Ricardo Pereira de Sousa Lobato  
Roberto Carlos de Souza Ribeiro  
Tatiana Calandrino Maranhao  
Vera Lucia de Oliveira Correa  
Victor Eduardo da Silva Lucena

**Edição 2019**

---

---

**1- TEXTO 1:**

(UNIFESO, 2019) No Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil (18 de maio), foi revelado um dado preocupante no Distrito Federal. Trata-se do aumento de 30% dos casos de estupro de vulnerável ao comparar os dados de 2017 e 2018, divulgados pelo Ministério Público. Via de regra, esse tipo de violência acontece dentro da própria casa da vítima, cujos agressores são familiares ou pessoas de confiança.

A Secretaria de Saúde confirmou que foram registrados, até abril de 2019, 274 casos de violência sexual contra crianças no Distrito Federal. A psicóloga e gerente de promoção à saúde da Secretaria de Saúde observa que na faixa etária de 0 a 9 anos, os meninos são as principais vítimas; ao passo que, entre 10 e 14 anos, são as meninas. Afirma que: "Quanto mais cedo interromper a violência, acolher a vítima e seus familiares e encaminhar para o atendimento especializado, melhores as possibilidades de recuperação dos danos."

(Texto adaptado. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/05/18/casos-de-estupro-contra-criancas-e-adolescentes-aumentam-30percent-no-df-aponta-mp.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2019.)

**TEXTO 2:**

Um projeto de lei está tramitando no Congresso Nacional e provocando acalorados debates. Trata-se da proposta de possibilitar a castração química voluntária para um condenado reincidente em estupro, violação sexual mediante fraude, estupro de vulnerável incluindo os crimes de pedofilia Já adotada em vários países do mundo, a castração química é entendida como a utilização de substâncias que, por meio do bloqueio do hormônio sexual masculino (testosterona), cessam a libido, controlando o desejo e o impulso relacionados às crianças. Os estudos indicam que os efeitos podem perdurar por até 15 anos somados a efeitos colaterais como desenvolvimento de diabetes, fadiga crônica, alterações na coagulação sanguínea e ocorrência de depressão. Entretanto, há polêmica ainda sobre a matéria, apontada por alguns como uma medida inconstitucional e como violação a acordos internacionais.

(Texto adaptado. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/pl-para-castracao-hormonal-de-estupradores-e-protocolado-no-senado>, <https://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2790029/castracao-quimica>. Acesso em: 28 jun. 2019.)

Item A) Considerando essas informações, elabore um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do impacto sofrido nos casos de estupro de vulnerável, violência sexual, pedofilia bem como os prováveis danos físicos e psicológicos às vítimas e apresente dois argumentos favoráveis e dois argumentos contrários à castração química.

RASCUNHO	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	



7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

#### PADRÃO DE RESPOSTA

Item A) O estudante deve elaborar um texto dissertativo a respeito do estupro de vulneráveis, violência sexual, pedofilia bem como os prováveis danos físicos e psicológicos às vítimas e da possibilidade da implantação da castração química para quem comete este tipo de crime.

A respeito dos crimes de estupro de vulnerável, violência sexual e pedofilia, o estudante deve contemplar dois dos aspectos listados a seguir:

- 1) O impacto sofrido por vítimas e familiares de estupro;
- 2) Outros tipos de violência sexual;
- 3) Pedofilia;
- 4) Possibilidades de recuperação dos danos físicos e psicológicos.

A respeito dos argumentos favoráveis e contrários à castração química, o estudante deve contemplar dois dos aspectos listados a seguir:

- 1) O bloqueio do hormônio sexual masculino (testosterona) com a finalidade de cessar a libido;
- 2) O receio do agressor em relação à punição como uma espécie de “freio” nas ações de estupro e afins;
- 3) Alguns psiquiatras defendem que impulsos sexuais anormais são oriundos da formação de caráter do ofensor, como traumas de infância, o modo como foi criado.
- 4) Alguns psiquiatras defendem a tese de que se trata de uma doença mental, portanto, a castração química não resolveria o problema;
- 5) Os efeitos da castração química podem perdurar por até 15 anos;
- 6) Prováveis efeitos colaterais com a introdução de Depo-Provera, versão sintética da progesterona, com a finalidade de inibir a produção da testosterona, tais como: desenvolvimento de diabetes, fadiga crônica, alterações na coagulação sanguínea e ocorrência de depressão.

## 2. Questão Discursiva - Conhecimento Específico

**Jean Raymond, cidadão francês, decide vir ao Brasil para passar férias na região serrana de Teresópolis. Durante sua estadia, ao lavar um copo de vidro, de modo acidental, corta-se gravemente ao deixa-lo quebrar em sua mão, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência se recusa a atender Jean, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular.**

Considerando a hipótese apresentada, atenda ao que se pede nos itens a seguir:

- A) Examine, com base na Constituição Federal, se os direitos fundamentais são ou não garantidos ao estrangeiro em viagem de turismo no Brasil.
- B) Analise se, à luz dos princípios e características do Sistema Único de Saúde no Brasil, se o hospital de emergência agiu de forma correta.
- C) Apresente se há, na esfera cível, alguma consequência jurídica pelo ato praticado pelo hospital de emergência.

RASCUNHO	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

#### Padrão de Resposta

A) Ainda que o art. 5º da Constituição Federal, textualmente, garanta direitos fundamentais apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, é pacífico o entendimento que tais direitos também são extensíveis aos estrangeiros que estejam de passagem no território nacional. Em sua resposta, o aluno pode examinar a característica da universalidade dos direitos humanos (no âmbito internacional) e fundamentais (no âmbito nacional), a dignidade da pessoa humana, bem como a tutela do direito à saúde no art. 6 da CRFB/88, sendo considerado primordialmente de 2ª geração/dimensão, por exigir uma prestação positiva do Estado. No âmbito internacional, o direito à saúde recebeu destaque no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

B) O aluno deve apontar que o hospital de emergência não agiu de forma correta. Isso porque o art. 196 da CRFB/88 aponta que a saúde é “direito de todos e dever do Estado”. No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 8.080, no art. 7º, regulando o art. 198 da CRFB/88, prevê como diretriz do Sistema Único de Saúde a “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”. Conclui-se assim que o Sistema Único de Saúde no Brasil rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano; logo, ao ingressar no território brasileiro, Jean Raymond, mesmo sendo cidadão francês, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.

C) O estudante deve explicar que, na esfera cível, caso haja dano, o ofensor pode ser responsabilizado a reparar os danos materiais acaso existentes, bem como eventuais danos morais existentes. O discente pode invocar, ainda, o previsto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, no seguinte sentido: “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

**3. (UNIFESO, 2019) Quem tem um familiar morto pela imprudência no trânsito lida com dores que vão além da perda. A sensação de que nada acontece com os culpados reflete o sentimento de impunidade na sociedade brasileira. Contrariando os Direitos Humanos, na maioria das vezes, as penas de prisão são convertidas em outras restritivas de direitos, como prestação de serviço comunitário ou pagamento de cesta básica.**



Disponível em: <<http://www.papodepm.com/2011/08/charge-lei-seca.html>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

Análise as atitudes descritas nos seguintes itens relacionando-as à charge acima:

I - O condutor do veículo se dirige à autoridade de forma sarcástica e reitera tal atitude ao entornar a última gota da garrafa exclamando: “Secar é comigo mesmo!”

II - Este motorista ignora as campanhas contra acidentes de trânsito motivadas pela ingestão de álcool por muitos condutores antes de conduzirem um veículo automotor.

III - O condutor do veículo deveria ter consultado as redes sociais para saber de antemão os locais de blitz da Lei Seca.

IV - Em blitz da Lei Seca, é comum encontrar motoristas cuja conduta caracteriza a confiança na “sorte” de que nada vai acontecer, pois estão acostumados a beber socialmente e, em seguida, trafegam por pequenos trechos, entendendo que não é tão perigoso.

V - O respeito ao direito de ir e vir dos outros cidadãos, não colocando em risco a sua segurança e a dos demais, é o que está preconizado no Código de Trânsito Brasileiro.

Faça a distinção de qual (quais) afirmativa(s) descreve(m) uma conduta imprudente e irresponsável de qualquer condutor de veículo automotor:

- (A) Apenas a I.
- (B) Apenas a V.
- (C) Apenas III e V.
- (D) Apenas I, II e III.

**(E) Apenas I, II, III e IV**

## **INTENÇÃO**

---

Verificar se o estudante correlaciona a charge à situação apresentada, reiterando a importância de não misturar bebida e direção para não colocar a própria vida e a de outros em risco.

## **JUSTIFICATIVA**

---

As afirmativas I, II, III e IV estão corretas no que concerne ao comando da questão que requer a identificação da conduta imprudente e irresponsável. A afirmativa V está errada, pois não caracteriza uma conduta imprudente e irresponsável do motorista. Ao contrário, reitera os Direitos Humanos por meio do Código de Trânsito, o qual preconiza a segurança do condutor e dos demais componentes que utilizam a via pública no exercício de ir e vir. A Lei 11.705 foi denominada de Lei Seca por impor uma maior rigorosidade no consumo de álcool por parte de motoristas. O objetivo é diminuir o índice de acidentes. Apesar disso, há condutores que não respeitam a lei e não se importam em dirigir após consumirem bebidas alcoólicas. Alguns driblam a blitz da Lei Seca; outros, quando são parados, debocham das autoridades. O Projeto de Lei 5568/2013, mais conhecido como "Não foi acidente" foi aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2017, após 5 anos de espera. A lei 1.546 sancionada pelo Presidente Temer lançou mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. Na prática, a partir de 19 de abril de 2018, quem cometer homicídio culposo na direção de veículo automotor, embriagado ou sob efeito de droga, está sujeito a pena de 5 a 8 anos de reclusão (Art. 302, §3º do CTB).

## **REFERÊNCIAS**

---

<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/mudanca-no-codigo-brasileiro-de-transito-aumenta-pena-de-motoristas/?cHash=f0fd6ddfe83a1be6c0513f5b39f7c3cc>,  
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/sancionada-lei-que-aumenta-pena-para-motorista-que-dirigir-sob-efeito-de>, <http://naofoiacidente.com.br/blog/proposta-quer-aumentar-pena-para-motorista-embriagado-que-mata-ao-volante/>,  
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/curiosidades/lei-seca.htm>,  
<http://www.penaestrada.com.br/nao-foi-acidente-projeto-preve-aumento-da-pena-de-homicidio-para-condutores-embriagados/>

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

Fácil

## **CATEGORIA**

---

Sociedade e Cultura

## **TIPO DE QUESTÃO**

---

Resposta Múltipla

## **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

Análise

---

4. (UNIFESO, 2019) "Levei muito esculacho da polícia quando era mais novo. Há poucos anos é que essas mudanças vêm acontecendo. Vencemos o obstáculo da discriminação e, hoje, posso ser visto como um artista urbano", comenta José Augusto Amaro Capela, o Zezão. (Do livro: *Filosofando - Introdução à Filosofia*, 2013, p. 346).

O prefeito de São Paulo, João Doria Junior, adotou como uma de suas primeiras ações de governo o programa Cidade Linda, que tem como principal objetivo apagar pichações e grafites nos muros da cidade. Após pintar de cinza várias pichações e parte do maior painel de grafite a céu aberto da América Latina, localizado na Avenida 23 de maio, vários protestos apareceram nas paredes.

Leia as seguintes afirmativas, distinguindo as diferenças entre pichação e grafite:

I. A cultura do grafite, com suas frases e caligrafias elaboradas, desenhos de protesto social e cunho político, foi, por décadas, tida como vandalismo.

II. Inicialmente, a arte do grafite simbolizava uma transgressão, já que se apropriava de espaços públicos sem autorização prévia.

III. Hoje, compreende-se a diferença entre grafite e pichação, esta última sem qualquer relação com a arte.

IV. A pichação e o grafite se confundem na concepção dos curadores dos museus mais visitados internacionalmente quando expõem tais obras com periodicidade trienal.

V. A distinção entre as práticas do grafite e da pichação é algo que acontece especificamente no Brasil. Em países como os Estados Unidos e Colômbia, as duas práticas possuem a mesma nomenclatura.

São verdadeiras as afirmativas:

(A) I, II, III, V.

(B) I, II, III, IV.

(C) II, III e IV.

(D) III e IV.

(E) IV e V.

### INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante distingue qual o papel da pichação e do grafite como expressões urbanas.

### JUSTIFICATIVA

---

As afirmativas corretas são: I, II, III e V; a afirmativa IV está errada, pois pichação e grafite não se confundem na concepção dos curadores de museus nem na visão do cidadão que transita pelos centros onde há ambos os registros. Tanto a pichação como o grafite foram lançados na vala comum e considerados condutas penalmente reprováveis, pelo dano que causam ao ambiente, em razão da poluição visual. Ocorre que, lentamente, a própria avaliação estética proporcionou uma separação e uma nova definição para as duas modalidades. A pichação despe-se de qualquer referência artística e, inerente à sua vocação clandestina, invade as ruas com palavras hostis e símbolos agressivos de uma cultura de transgressão. A grafiteagem, por sua vez, estruturada por grupos comprometidos com a arte, busca o espaço urbano para trabalhar com sua tinta spray e criar paisagens, gravuras e painéis harmônicos, extremamente coloridos.

### REFERÊNCIAS

---

ARANHA, M.L.A; MARTINS, M.H.P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 5.ed. São Paulo: Moderna, 2013, p. 346, <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/afinal-qual-e-a-diferenca-entre-grafite-e-pichacao.htm>, [https://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/133226868/pichacao-e-crime-grafiteagem-e-](https://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/133226868/pichacao-e-crime-grafiteagem-e)

arte, <https://www.politize.com.br/pichacao-arte-ou-vandalismo/>,  
<https://projetoedacao.com.br/temas-de-redacao/a-questao-da-pichacao-arte-ou-crime/grafite-e-pichacao-arte-criminosa/bfd85d06e5>,  
<http://www.justificando.com/2017/02/02/linha-tenue-entre-arte-crime-de-pichacao-e-grafitagem/>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Fácil

## CATEGORIA

---

Sociedade e Cultura

## TIPO DE QUESTÃO

---

Resposta Múltipla

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

---

**5. (UNIFESO, 2019) Michelle Bachelet, chefe da ONU para Direitos Humanos, aponta que 3,3 milhões de venezuelanos atualmente vivem fora daquele país. A Venezuela enfrenta crise econômica, crise humanitária e instabilidade política. No fim de fevereiro deste ano, caminhões carregados de insumos básicos (itens de higiene e alimentos) tentaram cruzar a fronteira, o que gerou conflitos envolvendo a população pró ajuda humanitária, a população pró Maduro e militares venezuelanos.**

Analise os fatos descritos abaixo e identifique quais são relacionados especialmente à instabilidade política.

I - Pelo lado humanitário, milhares de pessoas encontram dificuldade em ter acesso a recursos básicos, como alimentos e remédios, por conta do desabastecimento e da alta inflação.

II - Em 2018, a eleição para a presidência da Venezuela, que estava marcada para dezembro, foi antecipada para maio por Nicolás Maduro. Foi realizada sob protesto e boicote da oposição, a qual alegou fraudes.

III - Em 2019, Maduro tomou posse como presidente da Venezuela, no Tribunal Supremo de Justiça, mesmo não tendo o reconhecimento da oposição, que controla a Assembleia Nacional.

IV - A grande dificuldade econômica enfrentada pelo país é resultado de sua dependência histórica do petróleo. Esse recurso natural é responsável por 96% das exportações, o que faz com que a economia do país seja vulnerável a variação do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

V - O líder do Parlamento, Juan Guaidó, se autoproclamou Presidente Interino da Venezuela, tentando forçar novas eleições em 30 dias. Enquanto membros do governo consideraram esta atitude um golpe de Estado, a figura de Guaidó cresceu interna e externamente, recebendo reconhecimento internacional.

Está correta a alternativa:

(A) I, II, III

(B) I, III e IV

(C) II, III e IV

(D) II, III e V

(E) III, IV e V

## INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante reconhece fatos históricos de relevância internacional.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a letra D. As alternativas II, III e V atendem ao comando da questão que determina a identificação dos fatos que são **ESPECIALMENTE** relacionados à **instabilidade política**. As demais alternativas tratam exclusivamente da crise humanitária e da dificuldade econômica vivenciadas pela Venezuela. Em 2018, foi realizada eleição presidencial na Venezuela, com Nicolás Maduro concorrendo à reeleição contra Henri Falcón. A oposição venezuelana estava enfraquecida devido à perseguição promovida pelo governo, e Maduro obteve a vitória ao conquistar quase 68% dos votos. Acontece que essa eleição não foi reconhecida pela oposição e nem por parte da comunidade internacional, incluindo o Brasil. A denúncia da oposição foi de fraude realizada por agentes do governo na contagem e por meio da compra de votos. O mais recente capítulo da crise política da Venezuela deu-se pelo pronunciamento do presidente da Assembleia Nacional, **Juan Guaidó**, realizado no começo de 2019. O político venezuelano de 35 anos autoproclamou-se **presidente interino** da Venezuela e é reconhecido por parte da comunidade internacional, incluindo Estados Unidos, Canadá, Espanha, França e Brasil.

## REFERÊNCIAS

---

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47406269>,  
<https://www.politize.com.br/crise-da-venezuela-e-dois-presidentes/>,  
<https://www.dn.pt/lusa/interior/sintese-venezuela-mundo-reage-a-autoproclamacao-de-juan-guaido-como-presidente-interino-10480397.html>,  
<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/crise-na-venezuela.htm>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Fácil

## CATEGORIA

---

Política e Cidadania

## TIPO DE QUESTÃO

---

Resposta Múltipla

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

**6. (UNIFESO, 2019) O atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que autoriza a internação sem consentimento de dependentes químicos. A medida, aprovada pelo Congresso, foi sancionada em 5 de junho e publicada no dia seguinte no DOU (Diário Oficial da União). O vício pode ser o desencadeador de uma série de acontecimentos graves à vida de uma pessoa, que pode perder seu emprego, seus relacionamentos, seu respeito e dignidade e, em casos mais graves, o dependente pode irreversivelmente se tornar completamente incapaz de funcionar normalmente em sociedade. Para lidar com o quadro apresentado, existem dois tipos de internação: a voluntária e a involuntária.**

Identifique nas afirmativas abaixo qual determinação é característica da internação involuntária, contemplada na Lei 13.840 de 5 de junho de 2019.

**(A)** Deverá ser precedida de declaração escrita da pessoa solicitante de que optou por este regime de tratamento.

**(B)** Perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.

**(C)** Ficará garantida a dedução do Imposto de Renda (IR) nas doações por pessoas físicas ou jurídicas a projetos de atenção a usuários de drogas.

**(D)** Ficará garantida a reinserção social e econômica por meio de 30% das vagas em empresas vencedoras de licitação para obras públicas voltadas para pessoas atendidas pelas políticas sobre drogas.

**(E)** A família ou o representante legal não mais poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento no caso de internação involuntária.

## INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante acompanha notícias de relevância social como é a aprovação da internação involuntária de dependentes químicos.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a letra B que limita o prazo da internação involuntária a no máximo 90 dias, período em que deverá ocorrer a desintoxicação. A afirmativa A caracteriza a internação voluntária; as afirmativas C e D foram apresentadas em projeto prévio, mas as propostas foram vetadas; a afirmativa E está errada, pois a família pode requerer a interrupção do tratamento do dependente químico a qualquer tempo. A decisão do presidente Jair Bolsonaro de sancionar a lei que permite a internação involuntária de usuários de drogas foi recebida tanto com críticas como com elogios por parte dos profissionais da área. De um lado, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) teme que a nova lei amplie a violação de direitos praticada em algumas comunidades terapêuticas, e, de outro, a ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) vê a medida como última alternativa a doentes que já ultrapassaram a fronteira da sanidade mental. Com a nova lei, usuários de drogas poderão ser levados para centros de tratamento contra a própria vontade, basta a anuência de um médico. Ela pode acontecer a pedido de um familiar do responsável legal ou de um servidor público da área de saúde. Esse acolhimento do usuário ou dependente de drogas numa Comunidade Terapêutica Acolhedora visa à recuperação deste indivíduo e sua reinserção na sociedade.

## REFERÊNCIAS

---

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm),  
<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-que-reformula-politica-sobre-drogas-vai-ao-plenario-do-senado,70002820757>, <https://www.viversem droga.com.br/internacao-involuntaria.php>,  
<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/06/06/internacao-involuntaria-higienismo-social-ou-ultima-chance-de-cura.htm>, <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-aprova-lei-de-internacao-involuntaria-de-dependente-quimico-06062019>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Difícil

## CATEGORIA

---

Política e Cidadania

## TIPO DE QUESTÃO

---

Resposta Única

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento



---

7. (UNIFESO, 2019) O Programa "Future-se", lançado pelo governo federal tem a intenção de “fortalecer a autonomia financeira dos Institutos Federais de Ensino Superior”. O objetivo é fomentar novas fontes de recursos para as universidades públicas, atraindo inclusive investimento do setor privado. A ideia é abrir espaço para que Organizações Sociais (OS) tomem a frente da gestão das universidades, dando mais tempo às instituições de ensino, para que elas se dediquem às áreas de pesquisa, ensino e extensão. Neste sentido, o MEC espera estimular a busca de diversas fontes de financiamento dentro de três pontos centrais da proposta:

(A) Eixo Direitos Humanos - Eixo Internacionalização - Eixo pesquisa e inovação.

(B) Eixo Meio Ambiente – Eixo Direitos Humanos – Eixo Gestão, Governança e Empreendedorismo.

(C) Eixo Internacionalização - Eixo gestão, governança e empreendedorismo - Eixo Direitos Humanos.

(D) Eixo gestão, governança e empreendedorismo - Eixo pesquisa e inovação - Eixo Internacionalização.

(E) Eixo pesquisa e inovação - Eixo Internacionalização- Eixo Meio Ambiente

### INTENÇÃO

---

Avaliar o nível de informação dos estudantes sobre as propostas que estão sendo apresentadas pelo governo federal para a educação brasileira.

### JUSTIFICATIVA

---

A resposta certa é a letra D porque apresenta os eixos corretos propostos no Programa Future-se.

### REFERÊNCIAS

---

[https://www.huffpostbrasil.com/entry/ensino-superior-bolsonaro\\_br\\_5d410f59e4b0d24cde079d75](https://www.huffpostbrasil.com/entry/ensino-superior-bolsonaro_br_5d410f59e4b0d24cde079d75)

### NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Normal

### CATEGORIA

---

Educação

### TIPO DE QUESTÃO

---

Resposta Única

### DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

---

**8. (UNIFESO, 2019) A polarização ideológica no Brasil foi parar na educação. Pressionados por movimentos conservadores, é cada vez mais comum o debate sobre o que professor pode ou não pode falar em sala de aula. O conteúdo escolar também é tema de novas leis que tramitam no Congresso. Dentre elas, o Projeto de Lei 193/2016, do ex-senador Magno Malta, visava incluir o Programa Escola sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O texto também traz uma série de proibições para os professores das escolas públicas e privadas da educação básica, como promover suas opiniões, concepções, preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.**

De acordo com o que propõe o Movimento Escola sem Partido, avalie as seguintes assertivas e julgue as que são contrárias às ideias por ele defendidas:

I - O objetivo deste movimento é coibir uma suposta “doutrinação ideológica” dos professores, buscando a neutralidade, de modo que eles não exponham sua opinião nas salas de aula e também não estimulem os alunos à participação política.

II - A doutrinação política seria um problema estrutural na educação brasileira, que estaria disseminada em todo o sistema de ensino – do fundamental à universidade uma vez que professores se aproveitam da liberdade de cátedra para cometer abusos e impor suas convicções sobre os alunos.

III - Para profissionais da educação, este movimento tem uma natureza claramente autoritária. Eles temem que iniciativas desse tipo possam provocar uma “lei da mordaca”, uma censura que fere a liberdade de expressão e resulte no silenciamento de professores e alunos em sala de aula.

IV - O aluno não é um “robô” que recebe informações sem questionar. Uma boa educação seria capaz de fornecer os instrumentos para incentivar o crescimento intelectual do aluno e o ajudar a pensar por si, formando as suas próprias crenças e convicções.

V - É preciso proibir conteúdos pedagógicos que tratem de questões como “orientação sexual”, “educação sexual”, “ideologia de gênero” ou a diversidade de religião, pois tais discussões devem se restringir à esfera privada (a casa e a família) e não discutidas no espaço escolar.

Está correta a alternativa:

(A) I e II

(B) II e III

**(C) III e IV**

(D) IV e V

(E) II e V

## **INTENÇÃO**

---

Verificar se o estudante interpreta e julga quais são os argumentos favoráveis e quais são os desfavoráveis em relação ao Movimento Escola sem Partido.

## **JUSTIFICATIVA**

---

A alternativa correta é a letra C, onde estão descritas as assertivas que são contrárias às ideias defendidas pelo Movimento Escola sem Partido. Tal movimento foi criado em 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, e tomou força a partir de 2015. Formado sobretudo por pais e alunos preocupados com a doutrinação ideológica nas escolas, o movimento busca a criação de mecanismos que não permitam aos professores transferir aos alunos suas concepções morais e políticas. Trata-se de um tema polêmico e que divide opiniões.

## REFERÊNCIAS

<https://www.politize.com.br/projeto-escola-sem-partido/>,  
<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/escola-sem-partido-polemica-entre-doutrinao-e-a-liberdade-de-expressao.htm?cmpid=copiaecola>,  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_sem\\_Partido](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Partido)

## NÍVEL DE DIFICULDADE

Difícil

## CATEGORIA

Educação

## TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

## DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação

9. (ADAPTADA-[www.universia.enem.com.br](http://www.universia.enem.com.br)) Observe a charge.



(Folha de São Paulo, 1º ago. 2010, p. A14.)

Disponível em:

<http://www.universiaenem.com.br/sistema/faces/pagina/publica/conteudo/atividade.xhtml?redirect=327515935185016466611683227&e=5>.

Acesso em: 28 jun. 2019.

A charge remete a uma prática que fere a ética e é recorrente no Brasil. É considerada uma forma de corrupção e um empecilho à democracia.

A prática assinalada na charge é nomeada:

- (A) Coronelismo.
- (B) Sincretismo.
- (C) Nepotismo.
- (D) Populismo.
- (E) Solidarismo.

## INTENÇÃO

Verificar se o estudante correlaciona o conceito de nepotismo à charge, visando ao reforço da ideia de que esta conduta, embora seja comum na prática eleitoral, é antiética.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a Letra C. A charge retrata o nepotismo. Nepotismo (do latim nepos, neto ou descendente) é uma forma de corrupção na qual um alto funcionário público utiliza de sua posição para entregar cargos públicos a pessoas ligadas a ele por laços familiares, de forma que outras, as quais possuem uma qualificação melhor, fiquem lesadas.

## REFERÊNCIAS

---

<https://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/nepotismo>,  
[http://www.portaldovestibulando.com/2014/10/politica-etica-e-corrupcao-questoes-de\\_26.html](http://www.portaldovestibulando.com/2014/10/politica-etica-e-corrupcao-questoes-de_26.html), <http://brasilecola.uol.com.br/politica/nepotismo.htm>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Normal

## CATEGORIA

---

Ética

## TIPO DE QUESTÃO

---

Interpretação

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

---

---

**10. (UNIFESO, 2019) Os dilemas éticos surgem quando o indivíduo precisa tomar decisões difíceis que envolvem os seus valores morais e as consequências podem ter impacto na vida de terceiros. Dentre os dilemas éticos mais comuns, podemos citar: denunciar um ato antiético cometido por um colega; conviver com atos antiéticos; adotar um “atalho” antiético para atingir metas; furtar seja na vida pessoal ou profissional; aceitar suborno e/ou presentes; agir com parcialidade; usar informações confidenciais em benefício próprio.**

**Analise a seguinte situação hipotética:**

**Ao responder a uma chamada de violência doméstica, o policial em serviço descobre que o agressor é irmão do chefe de polícia. Este chefe de polícia diz para o policial em serviço ir embora antes de terminar o horário de sua escala.**

**Diante de tal dilema, avalie as seguintes opções e julgue qual delas retrata uma conduta ética por parte do subordinado.**

**(A)** O policial decide obedecer a ordem e conviver com qualquer ato antiético do seu chefe uma vez que precisa trabalhar para sustentar a sua família.

**(B)** O policial decide desobedecer a ordem, porém não relata o caso, tal qual fez no ano anterior quando manteve sigilo ao testemunhar a adulteração de um documento oficial realizada por seu chefe.

**(C)** O policial decide obedecer a ordem investindo em como pode utilizar esse fato como um “atalho” para a sua ascensão na carreira.

**(D)** O policial decide socorrer a vítima, mas não denunciar o ato antiético do chefe, pois já foi beneficiado em situação semelhante.

**(E) O policial decide socorrer a vítima da agressão e denunciar o chefe por estar agindo com parcialidade ao proteger o irmão agressor.**

## INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante avalia atitudes que retratam uma conduta ética diante de alguns dilemas do cotidiano.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a letra E porque aponta qual deve ser a conduta ética diante do dilema de receber uma ordem controversa da chefia imediata. Na situação hipotética, o policial ao denunciar o chefe que “protege” o irmão agressor para evitar a prisão dele, agirá em defesa da vítima e sua atitude reforçará sua honestidade, mostrando que a ética deve prevalecer em benefício da sociedade. Ser um exemplo de ética para amigos, familiares e colegas de trabalho, trará retornos positivos, como a confiança daqueles que cercam esse indivíduo. Por mais “difícil” que pareça, é importante que seja feito um exercício de empatia, se colocando no lugar do principal envolvido - no caso, a vítima da agressão que, além de ser socorrida, merece que o autor seja penalmente punido, garantindo que a justiça seja aplicada de forma coerente.

## REFERÊNCIAS

---

<http://www.comitepaz.org.br/download/95%20f%C3%B3rum.pdf>,  
<https://www.storyboardthat.com/pt/articles/e/dilema>, <https://exame.abril.com.br/carreira/7-dilemas-eticos-e-como-os-profissionais-reagem-a-eles/>,  
<https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-sao-dilemas-eticos-como-lidar/>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Fácil

## CATEGORIA

---

Ética

## TIPO DE QUESTÃO

---

Resposta Única

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Avaliação

---

---

**11. (ADAPTADA de [www.formulageo.blogspot.com](http://www.formulageo.blogspot.com)) A poluição pode ser definida como uma atividade que degrada o meio ambiente, afetando as características físicas e/ou químicas de determinado ecossistema. Nos países desenvolvidos concentram-se a poluição da riqueza: usinas nucleares, chuva ácida e montanhas de lixo aterrado. Nos países em desenvolvimento, no que diz respeito às grandes majorias, concentram-se a poluição da miséria: ausência de água potável ou esgoto e lixões a céu aberto.**

Da leitura do texto é possível afirmar que a poluição:

**(A) tem origem e características diferentes, sendo, em muitos casos, resultante de relações desiguais entre os homens.**

(B) representa, na atualidade, um mal necessário, uma vez que é impossível garantir o progresso econômico dos países sem interferir no meio ambiente.

(C) tem menor área de abrangência nos países desenvolvidos e provoca insignificantes riscos à humanidade, uma vez que a população tem mais acesso aos programas de saúde pública.

(D) atinge somente o mundo subdesenvolvido, considerando os acordos ambientais assinados pelos países considerados grandes potências.

(E) atinge exclusivamente as áreas rurais por conta da poluição química, causada por inseticidas e fertilizantes.

## INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante identifica as especificidades conceituais da poluição e sua relação com a influência do homem no meio em que vive.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a letra A. O ser humano que vive em sociedade está constantemente produzindo **lixo**, além de gerar também uma grande quantidade de poluentes que afetam o ar, os solos, as plantações e as áreas naturais. Por esse motivo, é preciso entender corretamente como ocorre a **poluição** gerada pelas atividades humanas para obter novas e melhores medidas de combate ao problema ambiental em questão, tanto em países subdesenvolvidos quanto em países desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

---

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/primeiro-segundo-terceiro-mundo.htm>,

<http://formulageo.blogspot.com.br/2011/10/meio-ambiente-execicios.html>,

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/tipos-poluicao.htm>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Fácil

## CATEGORIA

---

Meio Ambiente

## TIPO DE QUESTÃO

---

Complementação Simples

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

---

---

**12. (UNIFESO, 2019) Podemos chamar de recursos naturais todos os elementos disponibilizados pela natureza que são utilizados pelas atividades humanas. Porém, acreditar que a natureza é inesgotável constitui erro ainda hoje muito difundido. Essa crença constitui a base da justificativa daqueles que a exploram de forma predatória. Na sociedade brasileira:**

I - Para manter o equilíbrio entre Homem e Natureza é necessário promover uma educação ecológica e ambiental.

PORQUE

II - É preciso limitar a exploração dos recursos naturais a um nível sustentável com o apoio de programas e projetos instituídos pelo Ministério do Meio Ambiente.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma negação da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é um questionamento da I.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

## INTENÇÃO

---

Verificar se o estudante reconhece a importância da educação ecológica e ambiental para a sustentabilidade do planeta.

## JUSTIFICATIVA

---

A resposta correta é a letra B, pois ambas as asserções são verdadeiras, porém uma não justifica a outra; a asserção I aborda a educação ecológica e ambiental enquanto que a asserção II aborda a exploração dos recursos naturais, a qual ocorre independente da educação ecológica e ambiental, ou seja, tal exploração é pautada, geralmente, em interesses econômicos. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apoia programas e projetos voltados para o conhecimento, a proteção, a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais, acompanhando o avanço da consciência e da organização da sociedade brasileira. Cabe lembrar que até mesmo alguns dos recursos renováveis poderão se tornar mais escassos caso sejam utilizados indevidamente. A água, mesmo se renovando, pode acabar, pois o ser humano só pode consumir a água potável, que se diminui cada vez mais com a poluição dos rios e dos recursos hídricos em geral. O solo, por sua vez, caso não seja preservado, também pode tornar-se improdutivo. As florestas sofrem com o avanço do desmatamento pelo mundo, de modo a prejudicar ainda mais a disponibilidade dos bens por elas fornecidos.

## REFERÊNCIAS

---

<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos>,  
<https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/ecologia-e-educacao-ambiental-por-um-futuro-melhor/>, <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/recursos-naturais.html>

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

Fácil

## CATEGORIA

---

Meio Ambiente

## TIPO DE QUESTÃO

---

Asserção-razão

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

Conhecimento

---

### 13. (UNIFESO-2019) Leia o texto a seguir:

**“A teoria da justiça de J. Rawls, publicada em 1971, é uma crítica à teoria social utilitarista inerente às sociedades democráticas plurais contemporâneas. Segundo Rawls, a justiça é a virtude básica das instituições sociais. Ainda que eficazes e bem concebidas, as instituições políticas, se não forem justas, devem ser substituídas por outras que o sejam. É com esse espírito que Rawls propõe uma teoria da justiça de matriz neokantiana cujos princípios deveriam reger as estruturas básicas de sociedades bem ordenadas”.**

**Com base no texto e nos elementos contidos na teoria rawlsiana da justiça, marque a alternativa correta.**

**(A)** O contratualismo adotado pelo autor na construção do conceito de posição original pressupõe que todos os sujeitos dotados de racionalidade e razoabilidade adotariam princípios libertários de justiça, não permitindo ao Estado intervir sobre as propriedades das pessoas sem o seu consentimento.

**(B)** Na medida em que todo o indivíduo é um fim em si mesmo a teoria de Rawls admite o princípio sacrificial dos interesses de determinadas minorias com vistas a satisfazer o bem-estar da maioria.

(C) O princípio da diferença condiciona as desigualdades econômicas e sociais à eliminação dos fatores moralmente aleatórios na distribuição dos cargos e postos de maior prestígio entre os sujeitos.

(D) O liberalismo igualitário de Rawls sustenta a necessidade de um Estado capaz de impor as concepções do bem que prevalecem no âmbito da comunidade de valores que representa.

(E) Entre os princípios de justiça de Rawls, o princípio da diferença prevalece sobre o princípio da liberdade máxima de todos, o que justifica os processos de intervenção e de regulação do Estado visando eliminar os efeitos da concentração excessiva de renda.

## INTENÇÃO

---

aferrir a capacidade de compreensão do conhecimento durante o processo de aprendizagem e de articulação com as teorias de que fazem parte de maneira crítica e criativa. Competências verificadas: C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Conjugada com C10 – aceitar a diversidade e o pluralismo cultural. Perfil do egresso: P1 – formação generalista, humanística e axiológica. Conteúdos: O comunitarismo e a crítica da teoria liberal igualitária da justiça de J Rawls.

## JUSTIFICATIVA

---

Letra A falsa. O liberalismo igualitário do autor busca conciliar a liberdade com a igualdade, sustentado uma máxima distribuição de direitos de liberdade iguais para todos, ao mesmo tempo que condiciona as formas de desigualdade social e econômica ao princípio da diferença, o que pressupõe formas de intervenção do Estado na propriedade visando redistribuir a riqueza. Letra B falsa. O princípio sacrificial das minorias em prol do bem-estar da maioria só encontra justificção no âmbito do utilitarismo, teoria criticada pelo autor por essa mesma razão, dentre outras. Letra C correta. Ao estabelecer que os postos e cargos que dão acesso a posições de destaque na sociedade devem estar abertos a todos, em condições de justa igualdade de oportunidades, Rawls pretende eliminar os efeitos do acaso ou da loteria natural nos processos de distribuição de riqueza na sociedade. Toda desigualdade, para ser justa, só pode ser atribuída às escolhas que os próprios indivíduos fazem. Letra D falsa. Ao contrário das concepções comunitaristas, o Estado não pode impor visões compreensivas do mundo aos indivíduos que devem perseguir, livremente, a realização de suas concepções de bem. Letra E falsa. O princípio da igual liberdade máxima para todos prevalece sobre o princípio da diferença.

## REFERÊNCIA

---

RALWS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo, ed. Martins Fontes, 2018.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

FUNDAMENTOS DO DIREITO

## SUBCATEGORIA

---

Filosofia e Teorias do Direito e da Justiça (FTDJ)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

ANÁLISE



---

#### 14. (UNIFESO-2019) Leia os artigos abaixo

**Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937) Art. 9º - “O Governo Federal intervirá nos Estados mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhes forem atribuídas pelo Presidente da República”**

**Ato Institucional Nº 5 (1968) Art. 3º - “O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. *Parágrafo único* - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.”**

Com relação aos textos acima, é possível identificar que:

(A) Em ambos casos, a intervenção nos Estados e Municípios foi utilizada no processo de redemocratização, conhecido como “Abertura Lenta e Gradual”.

(B) Ao contrário do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) se ateve somente ao controle das ações à nível Federal.

(C) Getúlio Vargas, ao decretar o Estado Novo (1937-1945), demonstrou preocupação com as ideais condições políticas, sociais e econômicas nos Estados e Municípios, bem como a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

(D) As mesmas intenções de controle político nos estados da federação são evidentes nos dois momentos ditatoriais aos quais os dispositivos dão suporte: A Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

(E) Em ambos os casos, apesar da “Letra da Lei”, os dois governos ditatoriais não interviam nos Estados e Municípios.

#### **INTENÇÃO**

---

Espera-se que o aluno, a partir das similaridades em ambas as legislações (Constituição de 1937 e Ato Institucional nº5), identifique o caráter autoritário e antidemocrático dos respectivos momentos, percebendo que o controle das ações políticas nas esferas estaduais e municipais fazem parte de tal autoritarismo. Importa ainda destacar a necessidade de entendimento que tais intervenções deixaram de ser arbitrárias, no momento em que se encontraram garantidas por lei. Competências verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; Perfil do egresso: P3 – adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Conteúdos: Direito na Atualidade.

#### **JUSTIFICATIVA**

---

Em ambos os momentos políticos, quais sejam, a Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a legislação foi amplamente utilizada para forjar o caráter legal do autoritarismo neles presentes. No caso das intervenções em Estados e Municípios, estas teriam a **intenção** de tamponar quaisquer possibilidades de oposição e resistência que pudesse ser perpetrada, tanto no âmbito dos poderes Executivos estaduais e municipais, como no legislativo de tais esferas.

#### **REFERÊNCIAS**

---

BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.  
CASTRO, Flávia Lages de. História do direito geral e Brasil. s.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos de história do direito. 8ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

## CATEGORIA

---

FUNDAMENTOS DO DIREITO

## SUBCATEGORIA

---

Sociologia, Antropologia, Psicologia e História do Direito (SAHD)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

COMPREENSÃO

---

**15. (UNIFESO-2019) “Fora os 222 milhões de euros que o Paris Saint-Germain gastou para comprar Neymar, o clube ainda vai pagar ao jogador 30 milhões de euros por temporada, o que dá 2,5 milhões de euros por mês. Em reais, isso dá 9,3 milhões. É justo? Um dos mais estimulantes debates filosóficos das últimas décadas é o que opõe John Rawls a Robert Nozick na questão da justiça distributiva.” (SCHWARTSMAN, Hélio. Neymar, Rawls e Nozick. Folha de São Paulo, 2017).**

De acordo com os dois teóricos da justiça citados no enunciado acima, avalie as afirmações a seguir:

I - De acordo com o “princípio da titularidade cada um de nós tem autoridade soberana sobre si mesmo, seu corpo, habilidades e os frutos de seu trabalho, ainda que sejam inseparáveis da sorte”.

II - “Os talentos naturais, assim como a beleza ou a inteligência, constituem uma espécie de prêmio indevido, já que são o resultado de uma combinação da loteria genética com outras forças do acaso, e não de virtudes individuais”.

III - “As habilidades futebolísticas não se originam numa fraude e se seu salário é fruto de transferências voluntárias de clubes e, em última análise, de torcedores, tentar privá-lo desses ganhos (e mesmo taxá-los) equivale a um roubo.”

IV - De acordo com o princípio da diferença “desigualdades sociais e econômicas só se justificam à medida que sirvam para melhorar a situação de todos, incluindo necessariamente os mais desfavorecidos”.

Se Neymar considera justo o seu salário, ele concordaria

(A) Somente com a proposição I, defendida pela teoria da justiça de Nozick.

(B) Com as proposições II e III, defendidas pela teoria da justiça de Rawls

(C) Somente com a proposição IV, defendida pela teoria da justiça de Rawls.

**(D) Com as proposições I e III, defendidas pela teoria da justiça de Nozick.**

(E) Com as proposições II e IV, defendidas pela teoria da justiça de Rawls.

## INTENÇÃO

---

Verificar a adequada compreensão das teorias liberais da justiça nas suas versões libertarista e igualitária, por meio de sua aplicação contextualizada. Competência e habilidade verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; Perfil do egresso: P1 – formação generalista, humanística e axiológica. P4 – atitude

reflexiva, crítica e ética. Conteúdos: Modelo contemporâneo de justiça e a universalização dos direitos humanos.

## JUSTIFICATIVA

---

O debate filosófico entre as duas teorias implica a tensão entre os valores da liberdade e o da igualdade. A oscilação entre os dois valores implica na relação entre o Estado e as relações privadas. O liberalismo libertário de Nozick não admite, em nome do princípio da titularidade, intervenções legais sobre as conquistas legítimas da propriedade, incluindo o próprio corpo do indivíduo, tomado como sua propriedade. O liberalismo igualitário de Rawls, ao contrário, procura equilibrar os dois valores por meio dos seus dois princípios de justiça social: o da igualdade e o da diferença. Nesse sentido, a liberdade individual supõe que as desigualdades sociais e econômicas só se justificam à medida que sirvam para melhorar a situação de todos, incluindo necessariamente os mais desfavorecidos. A efetivação desses dois princípios recoloca a necessidade do Estado intervir nas relações privadas, o que pelo lado libertário é visto como violações das liberdades individuais.

## REFERÊNCIA

---

SANDEL, Michael J., **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

FUNDAMENTOS DO DIREITO

## SUBCATEGORIA

---

Filosofia e Teorias do Direito e da Justiça (FTDJ)

## DOMINIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

### 16. (UNIFESO-2019) Leia atentamente:

“O tema da psicologia do testemunho vem se tornando cada vez mais importante na seara do direito. A Resolução n. 75, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exige que, nos concursos para a magistratura, seja objeto de avaliação no certame o processo psicológico e a obtenção da verdade judicial, assim como o comportamento das partes e das testemunhas. Nesse sentido, temos que, na averiguação da verdade, as distorções, envolvendo a recuperação de informações a respeito de fatos passados desagradáveis e significativos no âmbito de um processo, não são raras.” (PINHEIRO, 2018, p. 151)

**Além dos motivos conscientes, que outro aspecto pode distorcer a recuperação de informações pela testemunha?**

**(A) Os mecanismos de defesa adotados pelo psiquismo para evitar a repetição de sofrimentos anteriores.**

(B) Os aspectos envolvidos na recuperação de informações não estão relacionados às falsas memórias.

(C) Não seria possível identificar os motivos não conscientes relacionados à memória numa situação de testemunho, já que os presentes não estão em terapia.

(D) Aspectos inconscientes não se apresentam para as testemunhas, uma vez que as mesmas precisam apenas lembrar de fatos concretos.

(E) As informações que não são recuperadas pela testemunha, normalmente, não são relevantes para o processo.

### **INTENÇÃO**

---

Verificar se o estudante reconhece os mecanismos de defesa, um dos conceitos da psicanálise.

Competências verificadas: “C2 – compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito”. Perfil do egresso: “P1 - formação generalista, humanística e axiológica”. Conteúdos: Psicologia e Direito Penal.

### **JUSTIFICATIVA**

---

A resposta correta é a letra A. Cada pessoa percebe um acontecimento tendo como parâmetro suas próprias experiências, assim como conserva esses acontecimentos na memória e tem capacidade de evocá-los de uma forma específica, também com base em seus mecanismos subjetivos de funcionamento. Desta forma, o mecanismo de defesa entra em ação de maneira inconsciente para proteger o ego de angústias provocadas pela lembrança de fatos traumáticos.

### **REFERÊNCIAS**

---

PINHEIRO, Carla. Psicologia Jurídica. 3 ed. São Paulo; Saraiva, 2017.

### **CATEGORIA**

---

FUNDAMENTOS DO DIREITO

### **SUBCATEGORIA**

---

Sociologia, Antropologia, Psicologia e História do Direito (SAHD)

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

FÁCIL

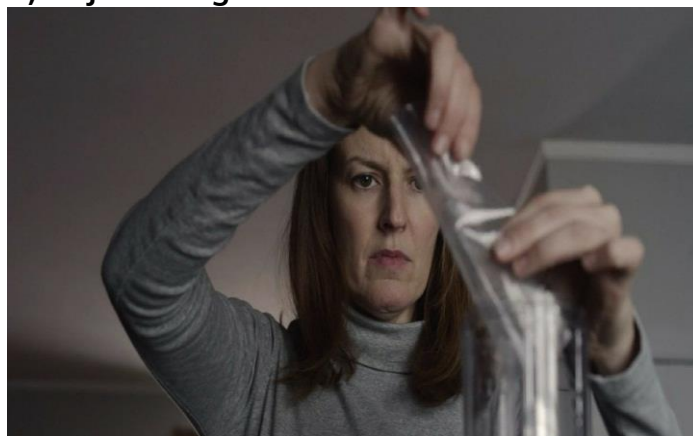
### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

CONHECIMENTO

---

**17. (UNIFESO-2019) Veja a imagem e leia o texto abaixo:**



(Fonte: Netflix - Série Black Mirror - 2º Episódio - 4ª Temporada - "Arkangel")

A série "Black Mirror", da Netflix, virou sensação. Na quarta temporada, porém, uma polêmica se instaurou. O segundo episódio, intitulado "Arkangel", provocou uma discussão científica: a pílula do dia seguinte é um abortivo? Na trama, a mãe instala um sistema de monitoramento na filha, ainda criança. A ferramenta serve para que ela acompanhe por meio de um tablet todos os passos da menina e, inclusive, interfira em alguns deles. A situação se agrava quando, aos 15 anos, Sarah tem a primeira relação sexual – descoberta pela mãe por meio do sistema. Desesperada, a mãe coloca, escondido da garota, uma pílula do dia seguinte na bebida do café da manhã da filha que a toma sem saber.

Considerando a extensão e o alcance da interpretação do art. 2º do Código Civil Brasileiro ("A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.").

Verifique a veracidade das afirmativas abaixo e a seguir marque a opção correta:

I – Houve ilícito por parte da mãe de Sarah vez que ela invadiu a privacidade de sua filha.

II – A pílula do dia seguinte pode ser considerada abortiva pois impede o desenvolvimento da concepção.

III – O ser concebido não pode ser alvo de interrupção da gravidez.

Está (ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s):

(A) I e III.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) II.

(E) III.

## INTENÇÃO

A questão objetiva aferir a articulação e síntese da compreensão relativos aos artigos 2º e 3º do CCB relativos aos direitos do nascituro e da incapacidade absoluta. Competências verificadas: Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Perfil do egresso: P3 – adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Conteúdos: Direito da Personalidade

## JUSTIFICATIVA

Diante de uma situação fática de uso da pílula do dia seguinte em contraponto ao art. 2º do CCB busca-se o entendimento e a interpretação precisa da terminologia desse artigo. Pretende-se identificar a fronteira precisa entre interrupção da fecundação e a proteção da concepção. Entende-se que a fecundação humana é o momento de encontro do espermatozoide com o óvulo. Em seguida o gameta feminino estará pronto para ser fertilizado pelo masculino e inicia-se o processo de formação do embrião. A fertilização e a implantação do embrião na parede do útero, que dá início à gravidez, constituem a concepção com a nidação do zigoto. Ou seja, a proteção jurídica se inicia apenas quando se passa da fase da fecundação à de concepção e isso ocorre em geral no sétimo após a fecundação. Assim sendo, a pílula do dia seguinte atua antes da existência do nascituro. Além disso, entende-se que a mãe de Sarah não invade a privacidade da filha, visto a mesma, com 15 anos, ser absolutamente incapaz. Na leitura simples do art.3º do CCB. **RESPOSTA CERTA**: opção E, referente à assertiva: O ser concebido não pode **ser alvo de interrupção da gravidez**. A afirmativa II, "A pílula do dia seguinte pode ser considerada

**abortiva, pois impede o desenvolvimento da concepção.”** é falsa pois a pílula impede o desenvolvimento do ser fecundado, não do concebido. E a primeira assertiva é falsa em razão da idade de Sarah, 15 anos, e portanto, absolutamente incapaz.

## REFERÊNCIAS

---

FARIAS, Cristiano Chaves de. et alii. Código Civil para concursos: doutrina, jurisprudência e questões de concursos. 7 ed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO CIVIL

## SUBCATEGORIA

---

Teoria Geral e Obrigações (TGO)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

SÍNTESE

---

**18. (UNIFESO-2019) Leia a reportagem:**

**Atacante Michel Yan é o novo reforço do time juvenil**

Em sua reformulação na base, o Vasco acertou com mais um reforço. O atacante Michel Yan, que estava no Flamengo, chegou a um acordo com o Cruz-Maltino: contrato profissional de três anos. Ele já treina na Colina, inclusive, e aguarda registro no BID.

Michel Yan, 16 anos, foi destaque do Tigres no Carioca sub-15 de 2016 e chamou a atenção de clubes de todo o Brasil, mostrando muito potencial e tendo marcado 14 gols, mesmo ficando fora de alguns jogos por causa de um imbróglio com o clube. Depois, passou por Palmeiras e chegou no ano passado ao Flamengo, onde não teve muito espaço, com a concorrência de Rhyhan e do recém-contratado Rodrigo Muniz.

No Vasco, Michel Yan terá que disputar posição com Lucas Figueiredo, recém-trazido do Boavista, que faz um bom início de temporada, e com Talles, que é um ano mais novo e muito bem visto dentro do clube.

**Não houve nenhum problema entre os clubes no processo de transferência.**

(Fonte: Blog Na Base da Bola-Globoesporte.com)

Considerando o caso acima descrito e a teoria geral dos contratos, é correto afirmar que:

(A) Trata-se de hipótese de representação contratual decorrente da incapacidade absoluta do contratante menor de idade.

(B) Trata-se de contrato anulável em razão da incapacidade relativa causada pela menoridade do atleta.

(C) Em respeito à autonomia da vontade, os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade podem firmar contratos sem a necessidade de serem assistidos.

(D) Para que o contrato esteja livre de vícios, o atleta precisou ser assistido por seu responsável legal quando da assinatura do documento.

**(E) No contrato no qual há contratação de maior de 14 e menor de 18 anos de idade, mediante assistência dos representantes legais, presume-se da boa-fé contratual.**

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante sobre a capacidade para contratar, bem como sobre a validade do contrato firmado por incapaz e sobre os institutos jurídicos da representação e assistência. Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. Perfil do egresso: P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Teoria Geral dos Contratos.

## JUSTIFICATIVA

---

De acordo com a legislação civil, a capacidade é requisito para a celebração e validade dos negócios jurídicos, devendo, os absolutamente incapazes serem representados e os relativamente incapazes assistidos quando da celebração dos contratos. Caso essas inexistam, estar-se-á diante de causa de nulidade e anulabilidade dos contratos, respectivamente. A presente questão pretende verificar se os estudantes dominam o instituto da capacidade, da representação e da assistência, bem como as consequências jurídicas deles advindas, e se conseguem aplica-los à formação dos contratos.

## REFERÊNCIA

---

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil Brasileiro, Vol. 3, 2017, p. 36,

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO CIVIL

## SUBCATEGORIA

---

Direito dos Contratos, das Coisas e Responsabilidade Civil (CCRS)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

ANÁLISE

---

19. (UNIFESO-2019) Veja a imagem e leia o texto abaixo:



(Flavio de Barros. 400 jagunços prisioneiros, 2 de outubro de 1897. Canudos, Bahia / Acervo Museu da República / Imagem recuperada digitalmente pelo Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3002>>).

**“A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero “costume”, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Não obstante, a dominação que repousasse em apenas nesses fundamentos seria relativamente instável”. (Weber, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V.Guedes Multimídia, 2008.)**

A fotografia acima é de prisioneiros feitos pelo Exército brasileiro durante a Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897. O confronto ocorreu no interior da Bahia e se caracterizou como um movimento de caráter messiânico. Antônio Conselheiro foi o líder daquele movimento que atraiu milhares de pessoas para a região. Havia a crença de que ele era um enviado de Deus para acabar com as diferenças sociais.

Considerando as formas de dominação weberiana, em qual dos tipos ideias de dominação Canudos se encaixaria? Assinale a alternativa correta:

- (A) Dominação tradicional em que se obedece à pessoa em virtude de tradição, de “crença na santidade das ordenações”.
- (B) Dominação legal em virtude de um estatuto sancionado.
- (C) Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor.**
- (D) Dominação religiosa em virtude do caráter messiânico do líder.
- (E) Dominação estamental em virtude dos privilégios e das concessões da ordem jurídica.

## **INTENÇÃO**

---

A **intenção** da questão é que o aluno demonstre uma atitude reflexiva e crítica, a partir dos textos clássicos e seja capaz de aplicar empiricamente estes conteúdos a fenômenos sociais e políticos. Competências verificadas: “C2 – compreender de forma interdisciplinar os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito”. Perfil do egresso: “P1 - formação generalista, humanística e axiológica”. Conteúdos: Características, formas de exercício e tipos de legitimação do poder.

## **JUSTIFICATIVA**

---

A alternativa correta é a letra C. Dentre os três tipos puros de dominação weberiana a relação estabelecida entre Antônio Conselheiro e seus seguidores possui fundamento de legitimidade carismático, baseado na pessoa do líder.

## **REFERÊNCIAS**

---

Weber, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V.Guedes Multimídia, 2008.

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

FÁCIL

## **CATEGORIA**

---

FUNDAMENTOS DO DIREITO



## SUBCATEGORIA

---

Sociologia, Antropologia, Psicologia e História do Direito (SAHD)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

CONHECIMENTO

---

20. (UNIFESO-2019) Leia o texto abaixo:

“STF declara constitucionalidade de lei gaúcha que permite sacrifício de animais em rituais religiosos - Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a lei do Rio Grande do Sul que permite o sacrifício de animais em ritos religiosos é constitucional. O Plenário da Corte finalizou nessa quinta-feira (28) o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 494601, no qual se discutia a validade da Lei estadual 12.131/2004. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, registrou que todos os votos foram proferidos no sentido de admitir o sacrifício de animais nos ritos religiosos e observou que as divergências dizem respeito ao ponto de vista técnico-formal, relacionado à interpretação conforme a Constituição da lei questionada. O Plenário negou provimento ao RE, vencidos parcialmente o ministro Marco Aurélio (relator), Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que admitiam a constitucionalidade da lei dando interpretação conforme.

A tese produzida pelo Supremo é a seguinte: ‘É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana’. [...]

O ministro Luís Roberto Barroso acompanhou o voto do ministro Edson Fachin. Barroso afirmou que as sustentações orais contribuíram para o fornecimento de informações e para a melhor compreensão da matéria. Ele ressaltou que, de acordo com a tradição e as normas das religiões de matriz africana, não se admite nenhum tipo de crueldade com o animal e são empregados procedimentos e técnicas para que sua morte seja rápida e indolor. ‘Segundo a crença, somente quando a vida animal é extinta sem sofrimento se estabelece a comunicação entre os mundos sagrado e temporal’, assinalou.”

(Extraído de <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=407159>, acessado em 01/06/2019)

Sobre a notícia do julgado acima, é possível entender que há uma colisão de direitos fundamentais. Quais seriam esses direitos em colisão?

(A) Direito de Liberdade de opinião, contido nos Direitos Políticos, previsto na segunda dimensão dos direitos fundamentais, e Direito Ambiental, previsto na terceira dimensão de direitos fundamentais.

(B) Direito de Liberdade religiosa, contido nos Direitos Civis, previsto na primeira dimensão dos direitos fundamentais, e Direito Ambiental, previsto na terceira dimensão de direitos fundamentais.

(C) Direito de Liberdade religiosa, contido nos Direitos Civis, previsto na primeira dimensão dos direitos fundamentais, e Direito Ambiental, previsto na segunda dimensão de direitos fundamentais.

(D) Direito de Igualdade religiosa, contido nos Direitos Civis, previsto na primeira dimensão dos direitos fundamentais, e Direito Ambiental, previsto na segunda dimensão de direitos fundamentais.

(E) Direito de Liberdade religiosa, contido nos Direitos Sociais, previsto na primeira dimensão dos direitos fundamentais, e Direito Ambiental, previsto na segunda dimensão de direitos fundamentais.

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da classificação dos Direitos Fundamentais. Competência e habilidade verificadas: – “C1 - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do egresso: “P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdos: Direitos Fundamentais (Classificação e Características).

## JUSTIFICATIVA

---

Sobre a questão há colisão entre a Liberdade religiosa, prevista nos Direitos Civis, enquanto Liberdade fundamental, previsto na primeira geração versus os direitos ambientais, contido na terceira dimensão dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a alternativa correta é a letra “B”.

## REFERÊNCIA

---

STF, Plenário. Recurso Extraordinário (RE) 494601. Rel. Min. Marco Aurélio Mello.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO.

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Constitucional e Direitos Humanos (Const/DH)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO.

---

**21. (ENADE, 2018/adaptado) Em 2018, a Declaração Universal dos Direitos Humanos chegou aos seus 70 anos de existência em um tempo de desafio crescente. Em dezembro de 1948, a UNESCO foi a primeira agência da Organização das Nações Unidas a colocar a Declaração Universal no centro de todas as suas ações e a promovê-la pelo mundo por meio da educação e da mídia. Nesse contexto, a UNESCO convoca todos a renovarem seu compromisso com os direitos humanos e com a dignidade que une a humanidade como uma única família, e a defender a Declaração dos Direitos Humanos em cada sociedade e em todas as instâncias.**

(Fonte: <<https://nacoesunidas.org/unesco-declaracaodos-direitos-humanos-chega-aos-70-anos-em-meio-a-desafioscrescentes>>. ”

Em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é possível afirmar que:

**(A)** A Declaração Universal dos direitos humanos é um tratado ratificado por mais de 200 países-membros da ONU, após a Segunda Guerra Mundial.

**(B)** A Declaração Universal dos direitos humanos previu a criação de um Tribunal Internacional Penal com jurisdição universal para julgar os crimes cometidos pela Alemanha nazista.

**(C)** A Declaração Universal dos Direitos humanos, apesar de não se constituir enquanto tratado internacional, representa um marco na internacionalização de direitos inerentes à condição humana.

(D) No texto original da Declaração Universal dos direitos humanos, publicado em 1948, não há qualquer menção à igualdade de gênero.

(E) No texto original da Declaração Universal dos direitos humanos há vedação expressa da aplicação da pena da morte pelos Estados, com base no reconhecimento do direito universal à vida.

### **INTENÇÃO**

---

Verificar a compreensão do estudante acerca do conteúdo da Declaração Universal dos direitos humanos e de sua força normativa perante os Estados e indivíduos. Competências verificadas: C2 – demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, além da devida utilização das normas técnico-jurídicas; Perfil do egresso: P1 – formação geral e humanística. Conteúdos: Fontes do DIP; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Organizações Internacionais.

### **JUSTIFICATIVA**

---

Apesar de ser uma declaração aprovada pela Assembleia geral da ONU, sem natureza jurídica de tratado e, portanto, com força normativa não reconhecida por alguns autores, a DUDH é consagrada como marco na internacionalização de direitos inerentes à condição humana. No texto da declaração, há previsão expressa da igualdade entre homens e mulheres, todavia, não há menção à vedação da pena de morte.

### **REFERÊNCIAS**

---

RESEK, Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 13ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011; ONU.

*Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIO

### **CATEGORIA**

---

Direito Constitucional, Administrativo, Internacional, Ambiental e Direitos Humanos.

### **SUBCATEGORIA**

---

Direito Internacional e Ambiental (Int/Amb)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

COMPREENSÃO

---

22. (ENADE, 2018/adaptada) Leia o trecho abaixo:

“Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a lei do Rio Grande do Sul que permite o sacrifício de animais em ritos religiosos é constitucional. O Plenário da Corte finalizou nessa quinta-feira (28.03) o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 494601, no qual se discutia a validade da Lei Estadual 12.131/2004. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, registrou que todos os votos foram proferidos no sentido de admitir o sacrifício de animais nos ritos religiosos e observou que as divergências dizem respeito ao ponto de vista técnico-formal, relacionado à interpretação conforme a Constituição da lei questionada. O Plenário negou provimento ao RE, vencidos parcialmente o ministro Marco Aurélio (relator), Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que admitiam a constitucionalidade da lei dando interpretação conforme. A tese produzida pelo Supremo é a seguinte: ‘É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religião de matriz africana’.”

(Fonte: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=407159>>).

No trecho, nota-se que o STF realizou controle de constitucionalidade no âmbito de Recurso Extraordinário. A partir dessas informações, assinale a opção correta em relação às especificidades do modelo de controle exercido no instrumento mencionado:

(A) O Recurso Extraordinário é o meio adequado de impugnação perante o controle concentrado-abstrato federal.

(B) Ao examinar a constitucionalidade da lei no Recurso Extraordinário, o STF fica condicionado à causa de pedir, devendo nela ser apontado o fundamento constitucional violado, sob pena de não provimento do recurso.

(C) Os efeitos dados às decisões de controle de constitucionalidade no âmbito do Recurso Extraordinário são erga omnes e, conseqüentemente, geram súmulas vinculantes, em razão do advento da Emenda Constitucional nº 45/04.

(D) Ainda que no controle difuso, via de regra, a arguição de inconstitucionalidade se dê de modo incidental e efeitos *inter partes*, a introdução do instituto da repercussão geral reforça a tendência objetivista do processo constitucional subjetivo, perceptível na jurisprudência do STF.

(E) O STF, ao realizar controle de constitucionalidade no âmbito de Recurso Extraordinário, fere a Constituição, visto que só poderá realizá-lo no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade ou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

## INTENÇÃO

---

A questão busca averiguar o conhecimento do discente acerca dos efeitos nos modelos de controle difuso e concentrado, além da tendência presente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de reconhecer uma objetivação do processo constitucional subjetivo. Percebe-se, assim, o fenômeno da abstrativização do controle difuso, que se materializa, por exemplo, no instituto da repercussão geral e nas súmulas vinculantes. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Controle de Constitucionalidade (Teoria Geral, Classificação e Efeitos).

## JUSTIFICATIVA

---

Sobre a tendência de “objetivação” do controle, aduz Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco: “Registre-se que a sistemática da repercussão geral faz com que as decisões proferidas nos processos-paradigmas espraíem seus efeitos para uma série de demandas sobre igual tema, antes mesmo da conversão do entendimento em súmula vinculante. É mais uma fase do fenômeno de ‘objetivação’ do recurso extraordinário”. (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva educação, 2018, pp. 1545). Em razão disso, a alternativa correta é a letra D. A letra A está errada, pois o RE não é hipótese de controle concentrado, mas de controle difuso. A letra B está errada, pois a causa de pedir é aberta, não ficando o STF vinculado aos fundamentos nela presente. A letra C está errada, pois a decisão em RE não gera automaticamente súmula vinculante, sendo difícil ainda reconhecer-se pacificamente efeito erga omnes no RE, mas tão somente um caráter expansivo. Por fim, a letra E está errada, pois ADI, ADC e ADPF são hipóteses de controle concentrado. Como o Brasil também adota o modelo difuso, é possível o controle de constitucionalidade não só no RE, mas em outros instrumentos também (ex: Mandado de Segurança).

## REFERÊNCIA

---

RE 494601, Rel. Min. Marco Aurélio. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva educação, 2018; NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 13 ed. rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO.

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Constitucional e Direitos Humanos (Const/DH)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

SÍNTESE

---

23. (UNIFESO-2019) Leia o texto abaixo:

“É preciso enfatizar, neste ponto, que o gênero e a orientação sexual constituem elementos essenciais e estruturantes da própria identidade da pessoa humana, integrando uma das mais íntimas e profundas dimensões de sua personalidade [...]. Não obstante, as questões de gênero envolvam, inegavelmente, aspectos fundamentais relacionados à liberdade existencial e à dignidade da pessoa humana, ainda assim integrantes da comunidade LGBT acham-se expostos, por ausência de adequada proteção estatal, especialmente em razão da controvérsia gerada pela denominada “ideologia de gênero”, a ações de caráter segregacionista, impregnadas de inequívoca coloração homofóbica, que visam a limitar, quando não a suprimir, prerrogativas essenciais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexuais, entre outros, culminando, até mesmo, em algumas situações, por trata-los, absurdamente, a despeito de sua inalienável condição de pessoas investidas de dignidade e de direitos, como indivíduos destituídos de respeito e consideração [...]” (Trecho extraído do voto do Min. Celso de Mello na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, pp. 13-14.

Disponível no seguinte link: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMCM.pdf>>.

O trecho acima foi extraído do contexto do julgamento, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de dois processos em que se discute se há omissão do Congresso Nacional para a edição de leis que criminalizem a homofobia: a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, cujo relator é o Min. Celso de Mello, e o Mandado de Injunção (MI) 4.733, de relatoria do Min. Edson Fachin. A partir do caso em tela, assinale abaixo a alternativa correta:

(A) Na hipótese de ser reconhecida a omissão regulamentadora no âmbito de uma Mandado de Injunção, a Lei nº 13.300/16 adota a corrente não concretista, não sendo, portanto, função do Poder Judiciário suprir a omissão ou concretizar a norma constitucional acerca da qual houve a omissão inconstitucional.

(B) No ordenamento positivo brasileiro, não há qualquer previsão de Mandado de Injunção coletivo. Isso porque tal Remédio Constitucional, ao ventilar interesses subjetivos, pode tão somente ser impetrado individualmente, isto é, por aquele que seja titular do direito subjetivo a sanar a omissão regulamentadora.

(C) Ao longo dos votos da ADO nº 26 e MI nº 4.733, invocou-se o “caso Ellwanger” (HC nº 82.424), considerado um clássico precedente do STF. Nele, decidiu o pretório excelso que, inobstante não houvesse várias raças, mas apenas a raça humana, o ato de publicar, vender e distribuir material antissemita é configurado como crime de discriminação e preconceito, sendo, portanto, imprescritível.

(D) O Conselho Seccional da OAB no Rio de Janeiro é legitimado ativo para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

(E) Caso determinada Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) seja ajuizada por Partido Político com representação no Congresso Nacional e este venha a perder tal representação pelo decurso de tempo, a ADO deverá ser extinta por perda da legitimidade ativa.

### **INTENÇÃO**

A questão visa, mediante recente debate jurídico acerca da criminalização da homofobia, verificar se o discente é capaz de cotejar assuntos relacionados à legitimidade ativa para propositura de ADO e MI, correntes concretistas e não concretistas do poder judiciário frente às omissões inconstitucionais, bem como o conhecimento acerca do clássico precedente do STF – Caso Ellwanger (HC nº 82.424). Competências verificadas: C1 – “interpretar e aplicar

normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do aluno: P1: “formação geral e humanística”. Conteúdos: I.) Controle de Constitucionalidade (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão); II.) Remédios Constitucionais (Mandado de Injunção); Direitos Fundamentais (Igualdade e Dignidade da Pessoa Humana).

## **JUSTIFICATIVA**

---

Conforme Celso de Mello, em seu voto na ADO nº 26, o “fundamento em que se apoia a pretensão de inconstitucionalidade deduzida pelo autor nesta sede processual reside, essencialmente, na alegação de que a homofobia e a transfobia caracterizam comportamentos subsumíveis à noção de racismo, tal como concebida, na latitude dessa expressão, pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento plenário do caso Ellwanger (HC 52.424/RS), de tal modo que o legislador ordinário, ao restringir-se, tão somente, a dispensar tutela penal em relação às práticas discriminatórias resultantes de preconceito de cor, etnia, religião ou procedência nacional (Lei nº 7.716/89), teria realizado de maneira incompleta o que impõe o texto constitucional, vulnerando, desse modo, por omissão, o que se estabelece a Lei Fundamental da República (CF, art. 5º, XLII)” (pg. 2 do voto). Sendo assim, o gabarito da questão é a letra C. A letra A está errada, pois a Lei nº 13.300 adota, por exemplo, a corrente concretista no art. 8º, inciso II. A letra B está errada, pois a Lei nº 13.300 expressamente prevê, em seu art. 12, legitimados para impetração de Mandado de Injunção coletivo. A letra D está errada, pois, em razão da interpretação restritiva dos legitimados ativos para propositura de ações de controle concentrado-abstrato, apenas o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pode ajuizar ADO. A letra E está errada, pois, em virtude de seu caráter objetivo em sede controle de constitucionalidade abstrato, caso o Partido Político perca a representação no Congresso Nacional, a ADO não é extinta.

## **REFERÊNCIA**

---

ADO nº 26; MI nº 4.733 e HC nº 82.424. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva educação, 2018; NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 13 ed. rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

DIFÍCIL.

## **CATEGORIA**

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

## **SUBCATEGORIA**

---

Direito Constitucional e Direitos Humanos (Const/DH)

## **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

SÍNTESE.

---

**24. (ENADE, 2012) O caráter especial dos diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico brasileiro: eles estão abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, dessa forma, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com eles conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão. (...) A prisão civil do depositário infiel não mais se compatibiliza com os valores supremos assegurados pelo Estado Constitucional, que não está mais voltado para si mesmo, mas compartilha com as demais entidades soberanas, em contextos internacionais e supranacionais, o dever de efetiva proteção dos direitos humanos.**

(BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE n.º 349.703-1/RS. Relator: Min. Gilmar Mendes. Julgamento em: 03/12/2008, DJe de 05/06/2009 (adaptado)).

No que se refere à aplicação dos dispositivos dos tratados internacionais no direito interno, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

A recepção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos — Pacto de San José da Costa Rica — pelo ordenamento jurídico brasileiro acarretou impedimento legal à prisão civil do depositário infiel.

PORQUE

A previsão constitucional para prisão civil do depositário infiel foi revogada por força do status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

**(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

## INTENÇÃO

A questão objetiva aferir o conhecimento sobre a especial posição hierárquica dos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos prévios à emenda constitucional n. 45 de 2004. As competências aqui identificadas são: C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; O perfil do egresso almejado: P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Conflito de Fontes; Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

## JUSTIFICATIVA

A previsão constitucional do § 2º do art. 5º sobre a prisão do depositário infiel foi revogada apenas no âmbito de sua regulamentação, feita no Código Civil Brasileiro (art. 652). Isso ocorreu a partir de decisão do STF de que a adesão do Brasil ao Pacto de San José da Costa Rica em 1992, ou seja, a adesão a tratado internacional sobre direitos humanos anterior à EC n. 45/2004 passa a ter status de supralegalidade vez que para que tivesse status de emenda constitucional deveria ser aprovada no congresso com quórum de 3/5 dos seus membros em cada uma das 2 casas em 2 turnos. A resposta certa é a proposição “C”, pois se a proposição I é verdadeira, considerando que foi PSJCR que, após entendimento do STF, afastou a hipótese da prisão do infiel depositário, o mesmo não se pode dizer da proposição



II. Nesta, a afirmativa é falsa pois nada do art. 5º da Constituição Federal pode ser revogado, considerando as garantias das cláusulas pétreas, como disposto no artigo 60, § 4º.

## REFERÊNCIAS

---

FARIAS, Cristiano Chaves de. et alii. **Código Civil para concursos**: doutrina, jurisprudência e questões de concursos. 7 ed. Salvador: Jus Podivm, 2018; SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

DIFÍCIL

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Constitucional e Direitos Humanos (Const/DH)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

AVALIAÇÃO

---

**24. (XV Exame de Ordem Unificado, 2014/adaptada) Leandro, brasileiro, era casado com Julieta, de nacionalidade italiana, encontrando-se o casal domiciliado em Portugal. Após três anos de casados, Julieta veio a falecer em um acidente automobilístico. Quando ainda eram noivos, Julieta havia realizado testamento na Itália, dispondo sobre os seus bens, entre eles dois imóveis situados no Rio de Janeiro.**

À luz das regras de Direito Internacional Privado brasileiro, assinale a afirmativa correta:

(A) Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito a observância das formalidades deverá ser aplicada a legislação portuguesa, pois Julieta encontrava-se domiciliada em Portugal.

(B) Se houver discussão acerca da validade do testamento, no que diz respeito à observância das formalidades, deverá ser aplicada a legislação italiana, local em que foi realizado o ato de disposição de última vontade de Julieta.

(C) Se houver discussão acerca do regime sucessório, deverá ser aplicada a legislação brasileira, em razão da nacionalidade do de cujus.

(D) O inventário dos bens imóveis situados no Brasil deverá ser processado na Itália, local de assinatura do testamento.

(E) A autoridade judiciária brasileira não é competente para proceder ao inventário e à partilha de bens, porquanto Julieta faleceu em Portugal, e não no Brasil.

## INTENÇÃO

---

Verificar o conhecimento dos alunos acerca das normas de Direito Internacional Privado brasileiras e sua aplicação ao caso concreto. Competências verificadas: “C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”; Perfil do egresso: “P3 – capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais”. Conteúdos: Regras de Conexão; Conflito de Jurisdição; Parte Especial do DIPri (Sucessões).

## JUSTIFICATIVA

---

De acordo com art. 9 da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, “Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem”. Quanto aos testamentos, aponta a doutrina que, no que diz respeito à forma do ato, segue as regras do local de sua elaboração (regra locus regit actum). No caso da questão, o testamento foi realizado na Itália, portanto, será esta a legislação aplicável. Gabarito letra “B”.

## REFERÊNCIAS

---

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito internacional privado. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017; BRASIL, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42).

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Internacional e Ambiental (Int/Amb)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

---

**25. (UNIFESO-2019) Em janeiro de 2019, a barragem de Brumadinho se rompeu, causando uma tragédia ambiental que pode ser classificada como recorrente, tendo em vista o rompimento da barragem do Fundão, na cidade de Mariana cerca de três anos antes. Em ambos os casos, houve mortos, feridos, desabrigados e um incalculável prejuízo ao meio ambiente. No mês seguinte ao segundo acidente, Fabio Schvartzmann, presidente da mineradora, compareceu a uma audiência na Câmara dos Deputados e afirmou: “não vamos optar por judicialização, vamos optar por negociação como forma de acelerar o atendimento a todos os atingidos.”**

(Fonte: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/25/politica/1551065907\\_650249.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/25/politica/1551065907_650249.html)>).

Considerando a afirmação do representante da empresa mineradora e diante da legislação brasileira, em relação à responsabilidade da pessoa jurídica por danos ambientais, é correto afirmar que:

**(A)** A empresa poderá negociar o pagamento da indenização devida por todos os danos causados ao meio ambiente.

**(B)** A empresa não poderá negociar o valor da indenização, tendo em vista que o meio ambiente é um direito difuso e, portanto, indisponível.

**(C)** A empresa poderá negociar a compensação em âmbito civil, podendo ainda responder penal e administrativamente pelos danos causados.

**(D)** A negociação da dívida com as famílias impede o ajuizamento de ação pelo Ministério Público.

**(E)** Será cabível ação civil pública em face da empresa a ser ajuizada tanto pelo Ministério Público como pelos familiares das vítimas individualmente.

## INTENÇÃO

---

Gerar a reflexão sobre a responsabilidade ambiental a partir de uma situação concreta, com foco em ação causada por pessoa jurídica e a possibilidade de composição dos danos ambientais. Competências verificadas: “C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito”; Perfil do egresso: “P4 – domínio das formas consensuais de composição de conflitos”. Conteúdo: Responsabilidade socioambiental.

## JUSTIFICATIVA

---

A pessoa jurídica poderá negociar através de seus representantes a reparação civil dos danos causados a terceiros e ao meio ambiente, todavia, ainda poderá responder por crime e infração ambiental. A ação civil pública só poderá ser ajuizada pelo rol de legitimados na lei nº 7347/85, que não inclui os cidadãos. Dessa forma, apenas a alternativa “C” apresenta todos os elementos corretos.

## REFERÊNCIAS

---

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 12.ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010; Art. 225 da Constituição de 1988; Lei de crimes ambientais - lei nº 9605/98; lei da ação civil pública – lei nº 7347/85.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Internacional e Ambiental (Int/Amb)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

SÍNTESE

---

---

**26. (UNIFESO-2019) O Governador de Nova Fronteira, após a aprovação da Assembleia Legislativa, nomeou a renomada química Marie Curie, prêmio Nobel de Química e sua amiga pessoal, para uma das diretorias da Agência Reguladora de Transportes Públicos de seu Estado. Ocorre que, alguns meses depois da nomeação, Marie Curie e o Governador tiveram um grave desentendimento acerca da conveniência e oportunidade da edição de determinada norma expedida pela agência. Alegando a total perda de confiança na dirigente Curie e, após o aval da Assembleia Legislativa, o governador exonerou-a do referido cargo.**

Considerando a narrativa fática acima e o regime jurídico aplicável às Agências Reguladoras, assinale a alternativa correta:

**(A)** As agências regulatórias são autarquias em regime especial, cuja especificidade está na estabilidade de seus dirigentes que possuem mandatos fixos. A perda do mandato do dirigente só ocorrerá em caso de sentença transitada em julgado, encerramento do mandato ou perda de confiança.

**(B)** Existe limitação na discricionariedade da escolha do dirigente da agência regulatória estabelecida pelo art. 5º, da lei nº 9986/2000, que exige do dirigente especialização técnica na respectiva área de atuação da agência.

(C) Os dirigentes das agências regulatórias, assim como das demais autarquia, não possuem estabilidade durante seu mandato. No entanto, estão protegidos do desligamento imotivado.

(D) As agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público interno cuja finalidade é regular e fiscalizar a atividade de determinado setor da economia do país, são criadas a partir do processo de desconcentração administrativa.

(E) Os servidores das agências reguladoras são empregados públicos, sujeitos ao regime da CLT.

## INTENÇÃO

---

Espera-se que o aluno demonstre competência na leitura e compreensão de textos jurídicos e seja capaz de interpretar e aplicar regras e princípios a situações concretas. Competências verificadas: “C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do egresso: “P3 - adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais”. Conteúdos: Sistema Administrativo; Administração Pública Indireta; Agências Regulatórias.

## JUSTIFICATIVA

---

A alternativa correta é a letra B. O aluno deve demonstrar conhecimentos quanto às especificidades das agências regulatórias na organização da administração, principalmente quanto ao mandato fixo de seus dirigentes. A alternativa A está incorreta. A **justificativa** está na impossibilidade da perda de mandato do dirigente da agência regulatória por perda de confiança, já que ele tem um mandato fixo definido na lei que cria a agência. A alternativa C está incorreta. A **justificativa** é a existência de estabilidade do dirigente. A alternativa D está incorreta. As agências regulatórias são criadas por descentralização administrativa. A alternativa E está incorreta. Os servidores das agências regulatórias são estatutários e não celetistas.

## REFERÊNCIAS

---

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. Pp.475/586

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Administrativo e Urbanístico (Ad/Urb)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

ANÁLISE

---

27. (UNIFESO-2019) Leia as premissas abaixo, que tratam acerca da dispensa de legislação:

- O artigo 24, inciso XII, da Lei 8.666/93 dispõe: “É dispensável a licitação: [...] XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;”

- No AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 866891, o STJ firmou:

“I - Na origem, trata-se de ação civil pública por improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal em desfavor dos acusados, servidores públicos do Município de Rio Largo/AL. II - Sustenta-se, em síntese, que os acusados fizeram mal uso das verbas federais repassadas pela União por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizando a compra de itens alimentícios que compunham a merenda escolar sem a prática de devido procedimento licitatório nos anos de 2002 e 2004. (...) VI - Ao realizar a aplicação de recursos federais por longo período de tempo com a compra de insumos alimentícios para merenda escolar sem a prévia licitação, a conduta praticada pelos réus afrontou os princípios que regem a licitação, violando, notadamente, os deveres de legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da probidade administrativa, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.666/93. VII - Ainda que não exista má-fé ou desonestidade, de forma livre e consciente, os réus autorizavam a realização das compras em pequenas quantidades exatamente para a não realização do certame licitatório, afrontando a determinação dos arts. 24, II e XII, e 26 da Lei 8.666/93[...].”

Confrontando o teor do artigo 24, inciso XII, da Lei 8.666/93 com o citado precedente do STJ, assinale a alternativa correta:

(A) a dispensa de licitação para aquisição de merenda escolar torna facultativa a instauração de processo administrativo;

(B) os princípios que regem o procedimento licitatório, mormente a impessoalidade, a eficiência e a moralidade, também regem as contratações diretas da Administração Pública;

(C) toda a dispensa à licitação implicará prática de improbidade administrativa;

(D) somente decisão da chefia do Poder Executivo poderá admitir hipótese de licitação dispensável.

(E) apenas órgãos especiais de controle, como o Tribunal de Contas, podem admitir a dispensabilidade de licitação.

## INTENÇÃO

---

A questão busca averiguar o conhecimento básico do discente sobre dispensabilidade de licitação e requisitos para a contratação direta. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Licitação (dispensa).

## JUSTIFICATIVA

---

A legislação que rege o procedimento licitatório admite, na qualidade de exceções e em hipóteses razoáveis, a contratação direta. Contudo, as hipóteses de licitação dispensada, dispensável e inexigível terão que atender aos princípios da Administração Pública, bem como a normas contidas na própria legislação, como a instauração de procedimento administrativo. Tais exigências deverão atender, em especial, ao princípio da publicidade e

à instrumentalização dos órgãos especiais de controle. O distrator “A” encontra-se equivocado à luz das exigências da Lei 8.666/93 (em especial do regime do artigo 26), no sentido de exigir que a decisão a respeito de dispensabilidade do procedimento licitatório ocorra mediante a instauração de processo administrativo. O distrator “C” equivoca-se ao generalizar e associar dispensa à licitação com prática de improbidade administrativa, confundindo-a com mera ilegalidade. O distrator “D” equivoca-se ao propor a falsa premissa de que, apenas, decisão da chefia do Poder Executivo pode dispensar procedimento licitatório, quando essa competência é do Legislador. Por fim, de igual monta, o distrator “E” está equivocado ao sobrepor os órgãos de controle ao legislador.

### **REFERÊNCIA**

---

JUSTEM FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*, 13ª ed. São Paulo: Didática, 2009, pg. 373/379. / Lei nº 8.666. / STJ, AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 866891.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

FÁCIL

### **CATEGORIA**

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

### **SUBCATEGORIA**

---

Direito Administrativo e Urbanístico (Ad/Urb)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

CONHECIMENTO

---

28. (UNIFESO-2019) Leia os trechos abaixo:

- Decreto-lei 3.365/41 - Art. 10. - “Parágrafo único. Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001).”

- Súmula 119 do Superior Tribunal de Justiça: “a ação de desapropriação indireta prescreve em 20 (vinte) anos”.

- AIRES P AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 117197; STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; publicação 04/02/2019; Relatora Min Regina Helena Costa:

II - A desapropriação indireta pressupõe a realização de obras pelo Poder Público ou a destinação de bem em função da utilidade pública/interesse social.

III - A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 15.09.2016, no Recurso Especial n. 1.300.702/SC, reformou posicionamento anterior, para, estabelecer que, nas ações de desapropriação indireta, aplica-se o prazo prescricional de 15 (quinze) anos determinado no do art. 1.238, caput, do Código Civil, sem o redutor do parágrafo único do mesmo dispositivo legal.

IV - Posicionamento diverso adota a 2ª Turma, no sentido de que, nas ações em que se discute indenização por desapropriação indireta, após a vigência do novo Código Civil, em 11.01.2003, deve ser afastada a Súmula 119/STJ, porquanto o prazo prescricional aplicável às expropriações indiretas passou a ser de 10 (dez anos).

Associando-se os dispositivos legais e as construções jurisprudenciais a respeito do prazo prescricional da ação de desapropriação indireta, marque a alternativa correta.

(A) o prazo para o ajuizamento da ação de desapropriação indireta é de 5 (cinco) anos, nos termos do parágrafo do artigo 10 do Decreto-lei 3.365/41, que é a lei geral de desapropriação, com a redação dada pela Medida Provisória 2.183-56/2001, que superou a então divergência jurisprudencial quanto ao prazo prescricional (da ação de desapropriação indireta).

(B) a Administração Pública, caso realize obras ou destine dado bem imóvel em prol da coletividade, terá que indenizar ao proprietário independente de prazo prescricional.

(C) tendo-se em vista a garantia do direito de propriedade, o prazo prescricional da ação de desapropriação indireta tem o prazo da usucapião como referência.

(D) ocorrendo a desapropriação indireta, o particular deverá ser indenizado; contudo, não fará jus à percepção de juros, dano emergente nem lucros cessantes, pois apenas com a afetação o imóvel passou a atender sua função social.

(E) o particular poderá fazer uso das ações possessórias caso a Administração Pública cometa esbulho e afete o bem imóvel para atender à pretensão da coletividade.

### **INTENÇÃO**

---

A questão busca mensurar a compreensão do discente a respeito da garantia do direito de propriedade quando o agente agressor consiste em ente de direito público. Nesse contexto, a Jurisprudência controla a validade dos atos normativos que tratam do prazo prescricional para contemplar a garantia do direito de propriedade. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdos: Desapropriação; Prescrição; Usucapião.

## **JUSTIFICATIVA**

---

A Jurisprudência histórica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou o prazo da usucapião para a ação de desapropriação indireta. Nesse sentido: [REsp 7553](#) SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/1993, DJ 18/10/1993, p. 21837. O distrator “A” encontra-se equivocado por pautar-se, apenas, na legislação, desconsiderando a Jurisprudência, que constrói prazo diverso a partir do controle de constitucionalidade da Lei Geral de Desapropriação. O distrator “B” encontra-se equivocado ao tratar a desapropriação indireta como imprescritível, o que ofende aos próprios suportes empregados, que no caso consistem na interpretação jurisprudencial quanto à prescrição. O distrator “D” trata de um sentido equivocado de justa indenização; doutrina e jurisprudência são remansos quanto à justa indenização compreender, também, juros, danos emergentes e lucros cessantes. Por fim, o distrator “E” equivoca-se ao afirmar a possibilidade de uso de ações possessórias nas hipóteses de bens já afetados à coletividade, o que se resolve em perdas e danos.

## **REFEFÊNCIA**

---

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*, 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2017, pg. 923/934. / Súmula 119 do STJ. / STJ, AIRES P AGRADO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL – 117197.

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

DIFÍCIL

## **CATEGORIA**

---

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

## **SUBCATEGORIA**

---

Direito Administrativo e Urbanístico (Ad/Urb)

## **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

SÍNTESE



---

29. (UNIFESO-2019) Em caso sobre a venda de fração ideal de imóvel em condomínio, o Superior Tribunal de Justiça decidiu: “RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. CONDOMÍNIO SOBRE IMÓVEL INDIVISÍVEL. DIREITO DE PREFERÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 504 DO CÓDIGO CIVIL. APLICAÇÃO APENAS À ALIENAÇÃO DA FRAÇÃO IDEAL A ESTRANHOS E NÃO A CONDÔMINOS. NORMA RESTRITIVA DE DIREITOS. INTERPRETAÇÃO TAMBÉM RESTRITIVA. EXEGESE LITERAL E TELEOLÓGICA DESTA E DE OUTRAS NORMAS DO SISTEMA A ESTABELECEM SEMELHANTE DISPOSIÇÃO. 1. Controvérsia em torno do direito de preferência na venda de fração ideal de imóvel indivisível em condomínio a outros condôminos, em face do disposto no art. 504 do Código Civil. 2. A exegese do enunciado normativo do art. 504, "caput", do CC, denota que o direito de preferência ali regulado contempla a hipótese fática em que um dos condôminos vende parte do bem condominiado a estranhos, omitindo-se de o oferecer aos demais cotitulares interessados. 3. Interpretação restritiva desse dispositivo legal por representar restrição ao direito de propriedade e à liberdade de contratar, notadamente, de dispor do bem objeto do domínio, alienando-o a quem o condômino bem entenda. 4. A concorrência estabelecida entre os condôminos, prevista no parágrafo único do art. 504 do CC, preferindo aquele que possua benfeitorias de maior valor ou, em segundo plano, aquele que detenha a maior fração condominiada, somente incidirá quando a premissa para o exercício do direito de preferência constante no caput desse dispositivo legal tenha sido verificada, ou seja, quando, alienada a fração ideal do imóvel a um estranho, não se tenha ofertado previamente aos demais condôminos tanto por tanto. 5. Não há direito potestativo de preferência na hipótese em que um dos condôminos aliena sua fração ideal para outro condômino, já que não se fez ingressar na compropriedade pessoa estranha ao grupo condominial, razão pela qual fora erigida a preempção ou preferência. 6. Exegese sistemático-teleológica das disposições do Código Civil à luz do princípio da autonomia privada. 7. Precedentes específicos da 3ª e 4ª Turmas do STJ. 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.” (RESP 1.526.125/SP, Rel. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ª Turma, Julgado em 17/04/2018.

(Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/stj-direito-preferencia-venda-fracao.pdf>>)

Com base no julgado, é correto afirmar que:

(A) A concorrência entre os condôminos deve obedecer a regra geral estabelecida pelo artigo 504 do Código Civil, de modo que deve haver oferta a todos os condôminos, respeitados os critérios de benfeitorias de maior valor e, na falta de benfeitorias, o de quinhão maior.

(B) Existirá direito potestativo de preferência sempre que ingressar em qualquer propriedade em condomínio pessoa estranha ao grupo condominial, hipótese na qual não se poderá excluir o direito de preferência.

(C) As hipóteses legais de restrição da liberdade de contratar devem ser interpretadas restritivamente, razão pela qual não se deve assegurar o direito de preferência na venda de fração ideal para coproprietário, uma vez que o Código Civil não prevê tal hipótese.

(D) A omissão à venda de fração ideal à condômino não constitui motivo para a não aplicação do dispositivo a esses negócios, haja vista que a liberdade de contratar é limitada pela lei e pela vontade das partes de manterem as proporções das suas frações dentro da relação condominial.

(E) A inobservância do direito de preferência nos casos de venda de fração ideal permite que o coproprietário que não teve conhecimento do negócio, uma vez o conhecendo, adquira para si a parte vendida, mediante depósito do preço em até 180 (cento e oitenta) dias da conclusão da venda.

## INTENÇÃO

---

Verificar a capacidade de compreensão e interpretação de decisões judiciais pelo aluno, bem como medir os conhecimentos dos discentes acerca do instituto da compra e venda de frações ideais de propriedade em condomínio. Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. Perfil do egresso: P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Contrato de Compra e Venda de Cota Condominial

## JUSTIFICATIVA

---

A compra e venda é um dos negócios jurídicos mais realizados na sociedade contemporânea. Assim, a presente questão pretende verificar os conhecimentos do aluno acerca das limitações à compra e venda. De outro modo, também é importante aferir a capacidade de compreensão das decisões judiciais do aluno do curso de Direito, o que também pretende a questão.

## REFERÊNCIA

---

RESP 1.526.125/SP / art. 504 do Código Civil / GONÇALVES, Carlos Roberto, *Direito Civil Brasileiro*, Vol. 3, 2017, p. 310-311.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO CIVIL

## SUBCATEGORIA

---

Direito dos Contratos, das Coisas e Responsabilidade Civil (CCRS)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

COMPREENSÃO

---

**30. (UNIFESO-2019) O usufruto é o direito real conferido a alguma pessoa, durante certo tempo, que a autoriza a retirar, de coisa alheia, frutos e utilidades, que ele produza” (BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito das coisas*, v. 1, p. 309).**

**Pode-se considerar, ainda, que o “usufruto é o desmembramento da propriedade, de caráter temporário, em que o titular tem o direito de usar e perceber frutos da coisa, sem afetar-lhe a substância”**

(LIMONGI, França. *Instituições de direito civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 490).

Sobre o direito de usufruto avalie as informações a seguir:

I - O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar, serão considerados usufrutuários dos bens imóveis de seus filhos, desde que promovam o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

II - O usufruto de imóveis, quando resulte de usucapião, constituir-se-á independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis, tão logo atendidos os requisitos legais. Neste caso, o registro terá eficácia declaratória.

III - Ocorre o usufruto viual quando o ascendente transfere a propriedade nua de um bem para o descendente, permanecendo como usufrutuário vitalício.

IV - O usufruto pode ter por objeto diretos de marca e direitos autorais.

V - O usufruto sucessivo, qual seja, aquele instituído em favor de uma pessoa, para que depois de sua morte transmita-se a terceiro, é admitido apenas em relação a bens móveis.

Está correto o que consta em

**(A)** II e IV.

**(B)** II, III, e IV.

**(C)** II e III.

**(D)** I, III e V.

**(E)** I e V.

## INTENÇÃO

---

Aferir o conhecimento do estudante em relação ao direito real de usufruto, considerando as alterações recentes promovidas pela legislação, e sua repercussão no direito de família. Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. Perfil do egresso: P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Usufruto

## JUSTIFICATIVA

---

O estudante deve conhecer as características do direito de usufruto e suas repercussões nos demais ramos do direito civil

## REFERÊNCIA

---

TARTUCE, Flávio. Direito civil, V.4: direito das coisas. 6. Rio de Janeiro: Método, 2014.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

DIFÍCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO CIVIL

## SUBCATEGORIA

---

Direito dos Contratos, das Coisas e Responsabilidade Civil (CCRS)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

AValiação.

31. (FGV - 2014 - TJ-RJ - Analista Judiciário) Observe as charges abaixo e responda a questão:



(Fonte: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>)

Em decisão inédita no ano de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu pedido para acrescentar na certidão de nascimento de jovem de 19 anos o nome da madrasta, sem retirar o nome da mãe biológica, que morreu três dias após o parto. Quando o filho tinha dois anos, o pai se casou com outra mulher, postulante da ação em conjunto com o enteado. O jovem sempre viveu harmoniosamente com o pai, com a madrasta, a quem sempre chamou de mãe, e com a família de sua mãe biológica. O filho que sempre conviveu com as três famílias tem agora um pai, duas mães e seis avós registrais (Folha de São Paulo, 2012).

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) a multiparentalidade é uma forma de reconhecer no campo jurídico o que ocorre no mundo dos fatos, afirmando a existência do direito à convivência familiar decorrente da paternidade biológica em conjunto com a paternidade socioafetiva;
- (B) a adoção unilateral possibilitou que a madrasta legitimasse a relação de maternidade, afeto e cuidados construída na convivência com seu enteado;
- (C) a pluriparentalidade ou socioparentalidade é um instrumento jurídico que afirma a prioridade da paternidade socioafetiva sobre a paternidade biológica nas famílias recompostas;
- (D) o falecimento da mãe verdadeira do jovem e o novo casamento do pai permitiram a entrada da madrasta como mãe substituta no registro civil do adolescente, já que na prática seria impossível a coexistência de duas referências maternas;
- (E) a filiação deve ser biologicamente fundada e determinada pela consanguinidade, motivo pelo qual não se pode excluir a genitora do registro de nascimento.

## INTENÇÃO

Verificar a adequada compreensão do instituto da Filiação e suas inovações diante do Princípio da Afetividade. Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. Perfil do egresso: P2 – capacidade de análise,

domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Relações de Parentesco - Filiação

### JUSTIFICATIVA

O casamento, por ser um negócio jurídico Bilateral especial do Direito de Família, possui normas de ordem privada e normas de ordem pública. É necessário observar o plano da existência, validade e eficácia, bem como distinguir as regras de ordem cogentes e imperativas aplicadas ao instituto

### REFERÊNCIA

Artigos 226 CRFB, Artigo 1596e 1607 do CC, Artigo 26 e 27 do ECA, RE 898060 – Relator ministro Luiz Fux

### NÍVEL DE DIFICULDADE

MEDIO

### CATEGORIA

DIREITO CIVIL

### SUBCATEGORIA

Direito das Famílias e Sucessões (Fam/Suc)

### DOMÍNIO COGNITIVO

SÍNTESE

## 32. (IESES - 2014 - TJ-PB - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Adaptada)



[HTTP://CHARGESPIADASECIA.BLOGSPOT.COM](http://CHARGESPIADASECIA.BLOGSPOT.COM)

Acerca do testamento, analise as afirmativas:

- I. O testamento nuncupativo faz-se ordinariamente, na forma oral, caso o testador corra risco de vida.
- II. O testador que não possuir herdeiros necessários pode dispor de todos os seus bens por testamento a quem lhe aprouver.
- III. O testamento particular, escrito de próprio punho e assinado pelo testador, poderá, em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, prescindir de testemunhas, ficando a critério do juiz a sua confirmação.

IV. Admite-se a proposta de partilha feita pelo testador na própria cédula, que deverá prevalecer se observadas as legítimas dos herdeiros necessários.

Marque a alternativa correta:

(A) Estão corretas todas as assertivas.

(B) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV

(C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

(E) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

## INTENÇÃO

---

Realizar demonstração de conhecimento, compreensão e aplicação da legislação ordinária. Competência e habilidade verificadas: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; conjugadas com a C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. C9 – utilizar corretamente a terminologia e as **categorias** jurídicas. Perfil do egresso: P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Sucessão Testamentária

## JUSTIFICATIVA

---

A questão trata de conhecimento referente ao testamento e sua espécie, requisitos e fundamentos.

## REFERÊNCIA

---

Artigos 1862 e seguintes do CC, artigo 5, XXX da CF.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MEDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO CIVIL

## SUBCATEGORIA

---

Direito das Famílias e Sucessões (Fam/Suc)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

SÍNTESE

---

**33. (UNIFESO-2019) Aline e Alfredo, casados há 20 anos pelo regime da comunhão parcial de bens, possuem um filho maior de idade e plenamente capaz. Não obstante, Aline encontra-se grávida do segundo filho do casal, estando no sexto mês de gestação. Ocorre que, por divergências pessoais, o casal decide se divorciar e se dirige a um escritório de advocacia, onde demonstram consenso quanto à partilha de bens comuns e ao pagamento de pensão alimentícia, inexistindo quaisquer outras questões de cunho pessoal ou patrimonial.**

Diante da hipótese e sobre o Código de Processo Civil de 2015 é correto afirmar:

I - Dentre os objetivos da norma está o de priorizar a conciliação e a mediação, incluindo-a como o primeiro ato de convocação do réu a juízo, uma vez que proporciona larga margem de eficiência em relação à prestação jurisdicional.

III - As mudanças pensadas pela comissão de juristas quando da elaboração do novo texto objetivam não enfrentar centenas de milhares de processos, mas, antes, desestimular a

ocorrência do volume atual de demandas, com o que visa tornar efetivamente alcançável a duração razoável dos processos, estimulando ser a medida judicial a ultima ratio.

III - Houve a preocupação em sintonizar as regras legais com os princípios constitucionais.

**(A) Todas as opções estão corretas.**

**(B) Apenas a opção II está correta.**

**(C) Apenas as opções II e III estão corretas.**

**(D) Apenas a opção I está correta.**

**(E) Apenas as opções I e III estão corretas.**

## **INTENÇÃO**

---

Verificar o conhecimento do estudante a respeito dos equivalentes jurisdicionais (métodos alternativos de solução de conflitos), bem como a relação do tema com os princípios processuais (tanto os previstos na Constituição Federal, quando os previstos no CPC), em particular quando comparado com o desempenho de outras funções típicas do Estado. O tema é relevante diante da mudança de diretriz do novo CPC, ao valorizar outras formas de solução de conflitos, sendo possível afirmar que houve uma tentativa de desestímulo da via judicial por parte dos autores do atual Código de Processo Civil. Competências verificadas: C1: "interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas". C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Perfil do egresso: P2: "capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica". Conteúdos: Princípios processuais; Métodos alternativos de solução de conflitos; Conciliação; Mediação;

## **JUSTIFICATIVA**

---

O estudante deve identificar os atributos que identificam o desempenho dos meios adequados de solução de conflito e sua relevância dentre as demais funções do Estado.

## **REFERÊNCIA**

---

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Direito processual civil contemporâneo, v.1: teoria geral do processo. 6. São Paulo Saraiva 2016 recurso online ISBN 9788502620079. Disponível na Biblioteca online UNIFESO.

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIO

## **CATEGORIA**

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

## **SUBCATEGORIA**

---

Teoria Geral e Princípios (TGP)

## **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO.

---

**34. (UNIFESO-2019) Carlos e João são vizinhos e residem no Município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. João alega que Carlos causou danos estruturais ao seu imóvel por conta da construção de uma garagem no imóvel vizinho, pertencente a Carlos. João foi assistido pela Defensoria Pública em ação indenizatória, na qual obteve gratuidade de justiça.**

Ocorre que João restou vencido na demanda e, de acordo com o Novo Código de Processo Civil de 2015, as obrigações decorrentes de sua sucumbência:

(A) serão automaticamente extintas em razão da inexigibilidade de adimplemento da obrigação pelo princípio do acesso à justiça, desde que a gratuidade de justiça tenha sido deferida e mantida durante todo o curso do processo, até o seu trânsito em julgado;

(B) serão automaticamente extintas em razão da invalidade da obrigação de pagar quantia certa pela sucumbência, sob pena de violação ao princípio da isonomia, desde que a gratuidade de justiça tenha estado em vigor na data em que ocorreu o trânsito em julgado do processo;

(C) ficarão sob condição suspensiva de validade e somente poderão ser executadas se, nos 3 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;

(D) ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;

(E) poderão ser imediatamente executadas pelo credor, independentemente da demonstração de que a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade deixou de existir, eis que a gratuidade de justiça consiste em benefício concedido pelo poder público a seus próprios atos, não alcançando direitos de particulares.

## INTENÇÃO

---

Verificar o conhecimento do estudante a respeito da gratuidade de Justiça e o ônus decorrente da sucumbência da parte. De uma forma mais ampla, o tema está dentro do capítulo “DOS DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES”. Competências verificadas: C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Gratuidade de Justiça. Deveres das partes e dos procuradores. Sucumbência. Honorários.

## JUSTIFICATIVA

---

A) Assertiva Errada. Não há que se falar em extinção automática das obrigações decorrentes da sucumbência, não havendo distinção o momento do seu deferimento, como menciona a parte final da assertiva. A legislação prevê uma regra específica para o sucumbente beneficiário de justiça gratuita: “Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (art. 98, §3º do CPC). B) Assertiva errada. Não há que se falar em extinção automática. Além disso, inexistente aplicação do princípio da isonomia nesse sentido trazido pela assertiva. C) Assertiva errada. O prazo previsto no §3º do art. 98 (transcrito na **justificativa** da alternativa A) é de 5 (cinco) anos e não de (três) como afirma a questão. D) Assertiva correta (art. 98, §3º do CPC). E) Afirmando anteriormente que a gratuidade de justiça reflete na execução das obrigações decorrentes da sucumbência. A legislação prevê que tais obrigações ficarão sob condição suspensiva por cinco anos, não havendo que se falar em execução imediata.

## REFERÊNCIA

---

art. 98 do CPC/2015 e Lei 1.060/50

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL



## CATEGORIA

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

## SUBCATEGORIA

---

Teoria Geral e Princípios (TGP)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO.

---

### 35. (UNIFESO-2019)

**Caso as alegações de fato possam ser comprovadas por prova exclusivamente documental, e houver tese favorável ao pedido firmada em súmula vinculante, a tutela da evidência poderá ser concedida *inaudita alteras pars***

### PORQUE

**O afastamento do princípio do contraditório, neste caso, será justificado pela cabal demonstração do perigo de dano enfrentado pelo autor.**

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

### INTENÇÃO

---

Verificar o conhecimento do estudante a respeito do regime de concessão de tutelas provisórias de acordo com o CPC/2015. Além disso, a presente questão exige do aluno a compreensão dos requisitos/elementos pertinentes às referidas modalidades de tutela provisória. Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; . C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdos: Processo de Conhecimento; Tutelas provisórias; Tutela de Evidência; Tutela de Urgência; Contraditório;

### JUSTIFICATIVA

---

O estudante deve conhecer os requisitos para concessão de tutelas provisórias, inclusive com a possibilidade de se diferir a oitiva da parte contrária. A questão aborda a identificação da tutela de evidência na primeira asserção com a tutela de urgência na segunda asserção, à luz do NCP. O tema possui grande incidência em provas da OAB, Enade e concursos.

### REFERÊNCIA

---

Arts. 9º, II e 311, II do CPC/2015 – O Novo Processo Civil Brasileiro - 3ª Ed. 2017 Câmara, Alexandre Freitas, Editora Atlas.

### NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

## SUBCATEGORIA

---

Processo de Conhecimento (PC)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

COMPREENSÃO.

---

**36. (OAB - XXV - 2018) Romero ingressa com ação pelo procedimento comum em face de Isabela, pleiteando obrigação de fazer consistente na restauração do sinteco aplicado no piso de seu apartamento, uma vez que, dias após a realização do serviço ter sido concluída, o verniz começou a apresentar diversas manchas irregulares.**

**Em sua inicial, afirma ter interesse na autocomposição. O juiz da causa, verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, designa audiência de conciliação a ser realizada dentro de 60 (sessenta) dias, promovendo, ainda, a citação do réu com 30 (trinta) dias de antecedência.**

Com base na legislação processual aplicável ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

**(A)** Caso Romero e Isabela cheguem a um acordo durante a audiência de conciliação, a autocomposição obtida será reduzida a termo pelo conciliador e, independentemente da sua homologação pelo magistrado, já constitui título executivo judicial, bastando que o instrumento seja referendado pelos advogados dos transatores ou por conciliador credenciado junto ao tribunal.

**(B)** Agiu equivocadamente o magistrado, uma vez que o CPC/15 prevê a imprescindibilidade do prévio oferecimento de contestação por Isabela, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a serem contados de sua citação e antes da designação da audiência conciliatória, sob pena de vulnerar o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, também reproduzido na legislação adjetiva.

**(C) Caso Romero, autor da ação, deixe de comparecer injustificadamente à audiência de conciliação, tal ausência é considerada pelo CPC/15 como ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.**

**(D)** Romero e Isabela não precisam comparecer à audiência de conciliação acompanhados por seus advogados, uma vez que, nessa fase processual, a relação processual ainda não foi integralmente formada e não há propriamente uma lide, a qual apenas surgirá quando do oferecimento da contestação pelo réu.

**(E)** Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por, pelo menos, um dos litisconsortes.

## INTENÇÃO

---

A questão visa verificar se o discente possui conhecimento acerca da realização da audiência de conciliação regulamentada no NCPC. A partir de um caso concreto, o aluno deve comprovar o conhecimento das normas que regulamentam a nova sistemática processual acerca da audiência prévia de conciliação. Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”.

Conteúdo: Processo de Conhecimento; Audiência de Conciliação; Contestação; Ato atentatório à dignidade da justiça.

### JUSTIFICATIVA

---

A) É exigida a homologação do juiz por sentença, conforme §11 do art. 334 do CPC. B) A atual sistemática do CPC prevê que a audiência de conciliação correrá antes da apresentação da contestação, não havendo que se falar em violação ao princípio do contraditório. Um dos marcos iniciais da contagem para apresentação da contestação (15 dias) é justamente a impossibilidade de autocomposição na referida audiência. C) Assertiva correta, de acordo com §8º do art. 334 do CPC. D) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, conforme §9º do art. 334 do CPC. E) Diferente do que prevê a referida assertiva, “havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes”, conforma §6º do art. 334 do CPC.

### REFERÊNCIA

---

Art. 334 do CPC/2015 / NEVES, Daniel Assumpção. Manual de direito processual civil 9. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

### NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

### CATEGORIA

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

### SUBCATEGORIA

---

Processo de Conhecimento (PC)

### DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

---

**37. (OAB - XXV - 2018) Marcelino promoveu ação de cobrança em face de Tício em fevereiro de 2015, quando ainda vigente o CPC de 1973. Em outubro de 2015, foi requerida pelas partes a produção de prova oral no processo, o que foi deferido pelo juiz no mesmo mês.**

Para que se colha o depoimento dessas testemunhas, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, designada para junho de 2018:

**(A) o juiz interrogará as testemunhas sobre os fatos articulados, na forma do sistema presidencialista, colhendo o julgador de forma pessoal e diretamente a prova;**

**(B) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta;**

**(C) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não podendo o julgador intervir na pergunta ou inadmitir qualquer delas;**

**(D) a prova oral será inadmitida no processo, uma vez que com a entrada em vigor da nova legislação processual, essa fase de instrução já estava superada;**

**(E) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, só podendo o juiz inquirir a testemunha depois da inquirição feita pelas partes.**

### INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do início da vigência do CPC/2015 e das disposições finais e transitórias do referido diploma. Sobre o direito probatório o CPC/2015 trouxe uma previsão importante no art. 1.047 sobre as observâncias das normas do CPC/1973 quando o requerimento ou a determinação de ofício foi feita antes

da vigência do CPC/2015, ainda que a prova venha a ser produzida na vigente do novo diploma, devendo o aluno ter conhecimento de que o momento do requerimento ou da determinação será fundamental para identificação das disposições pertinentes. Nesse sentido, tendo em vista que o CPC/2015 trouxe importante mudança na produção da prova testemunhal (ao permitir que os advogados façam as perguntas diretamente para a testemunha), o caso concreto exige do aluno o conhecimento de tal regulamentação. Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Processo de Conhecimento; Provas; Instrução Probatória; Prova Testemunhal; Aplicação da Lei Processual.

### **JUSTIFICATIVA**

---

A) Assertiva correta, conforme art. 1.047 do CPC. Tendo em vista que o requerimento da produção da prova foi feito em outubro/2015, na vigência do CPC/1973, as disposições sobre direito probatório deste diploma anterior deverão ser observadas, ainda que a prova venha a ser produzida a partir de 2016, quando entrou em vigor o NCPC. B) Assertiva errada porque apresenta a nova sistemática introduzida pelo CPC/2015, não sendo aplicável ao caso. C) Errada, pois apresenta a nova sistemática de interrogatório diretamente à testemunha, prevista no CPC/2015 (não aplicável ao caso concreto, tendo em vista o requerimento feito na vigência do CPC/1973). Além disso, a parte final também está errada, pois o juiz poderá intervir na pergunta e inadmitir as que não forem pertinentes, induzirem a resposta etc. D) Errada, pois a fase probatória não estava superada a partir da entrada em vigor do CPC/2015 no presente caso concreto. O requerimento da prova foi feito na vigência do CPC/1973 e a produção da prova na vigência do CPC/2015. E) Errada. A assertiva apresenta a nova sistemática prevista no CPC/2015 acerca do interrogatório das testemunhas, sendo certo que tais disposições não se aplicam ao caso em questão, conforme já exposto. Além disso, o juiz poderá intervir a qualquer tempo.

### **REFERÊNCIA**

---

Arts 459 e. 1.047 do CPC/2015 e art. 413 do CPC/1973.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

DIFÍCIL

### **CATEGORIA**

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

### **SUBCATEGORIA**

---

Processo de Conhecimento (PC)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

COMPREENSÃO

---

**38. (UNIFESO-2019) A sentença, ainda que ilíquida, constitui título executivo, figurando a liquidação como pressuposto para o cumprimento. Ocorre que, em razão da natureza do pedido, ou da falta de elementos nos autos, o juiz profere sentença ilíquida. Sentença ilíquida é a que, não obstante acertar a relação jurídica (torna certa a obrigação de indenizar, v.g.), não determina o valor ou não individua o objeto da condenação. Neste caso, antes de executar a sentença, deve o credor integrar a sentença ilíquida por meio do procedimento de liquidação de sentença. Sobre a mesma, à luz do Código de Processo Civil vigente:**

- I- A liquidação de sentença pode dar-se por arbitramento ou por procedimento comum;
- II- Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença e no processo de execução;
- III- Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente, em autos apartados, a execução da parte líquida e a liquidação da parte ilíquida;
- IV- A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.

São assertivas verdadeiras acerca do procedimento de liquidação de sentença:

- (A) apenas I e II;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas I e IV;
- (D) apenas I, II e IV.**
- (E) apenas I, III e IV;

### **INTENÇÃO**

---

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do procedimento de liquidação e suas modalidades previstas no CPC/2015. Além disso, a questão aborda a sentença líquida e a ilíquida, procedimento para execução das mesmas pelo credor e o recurso cabível das decisões proferidas durante a liquidação. Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Liquidação; Sentença Líquida e Ilíquida; Execução.

### **JUSTIFICATIVA**

---

I) Assertiva correta, de acordo com art. 509 do CPC. II) Assertiva correta, conforme art. 1.015, par. único do CPC. III) Assertiva incorreta. Quando houver na sentença parte líquida e ilíquida, o credor poderá promover simultaneamente a execução da parte líquida (nos próprios autos) e a liquidação da parte ilíquida em autos apartados, conforme §1º do art. 509 do CPC. IV) Assertiva correta, conforme art. 512 do CPC.

### **REFERÊNCIA**

---

Arts 509, 512 e 1.015, parágrafo único do CPC/2015. Questão inspirada no XVII EXAME DE ORDEM – FGV/2018.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

DIFÍCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

## SUBCATEGORIA

---

Recursos e Execução (RE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

CONHECIMENTO

---

**39. (FGV-2017) Dexter ajuizou, em maio/2017, ação contra o Banco Dinheiro Vivo, pelo procedimento comum, pretendendo a revisão de determinadas cláusulas de um contrato de abertura de crédito. Após a apresentação de contestação e réplica, iniciou-se a fase de produção de provas, tendo o Banco Dinheiro Vivo requerido a produção de prova pericial para demonstrar a ausência de abusividade dos juros remuneratórios. A prova foi indeferida e o pedido foi julgado procedente para revisar o contrato e limitar a cobrança de tais juros.**

Sobre a posição do Banco, assinale a afirmativa correta.

(A) Ele deve interpor recurso de agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu a produção de prova. Não o tendo feito, a questão está preclusa e não admite rediscussão.

(B) Ele deve apresentar petição de protesto contra a decisão que indeferiu a produção de prova, evitando-se a preclusão, com o objetivo de rediscuti-la em apelação.

(C) Ele deve permanecer inerte em relação à decisão de indeferimento de produção de prova, mas poderá rediscutir a questão em preliminar de apelação.

(D) Ele deve interpor recurso de agravo retido contra a decisão que indeferiu a produção de prova, evitando-se a preclusão, com o objetivo de rediscuti-la em apelação.

(E) Ele deve apresentar embargos de declaração, uma vez que, apesar de não ser cabível agravo de instrumento no presente caso, deve haver o pré-questionamento da matéria para evitar a preclusão e viabilizar a rediscussão em preliminar de apelação.

## INTENÇÃO

---

A questão aborda, a partir de um caso concreto, o conhecimento acerca do cabimento do agravo de instrumento e o indeferimento da produção de provas pelo juízo, à luz do Código de Processo Civil. Além disso, a questão aborda o agravo retido, extinto pelo atual CPC, sendo relevante o tema diante da incidência em exames, em geral. Competências verificadas: C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: Recursos. Apelação. Agravo de Instrumento. Preclusão. Pré-questionamento.

## JUSTIFICATIVA

---

A) Assertiva errada. Não é cabível agravo de instrumento da decisão que indefere a produção de prova, uma vez que tal hipótese não está prevista no rol do art. 1.015 do CPC. Além disso, o art. 1.009 prevê que as decisões que não comportam agravo de instrumento não estão sujeitas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação eventualmente interposta. C) Assertiva correta, conforme explicado no item anterior. D) O CPC/2015 extinguiu o agravo retido, que era utilizado para evitar a preclusão e possibilitar a discussão da matéria em apelação eventualmente interposta. Atualmente, as decisões não atacáveis por meio de agravo de instrumento não estão sujeitas à preclusão e devem ser suscitadas em apelação eventualmente interposta, conforme art. 1.009 do CPC. E) Assertiva errada. Apesar de não ser cabível agravo de instrumento da referida decisão, não há que se falar em pré-questionamento da referida matéria para evitar a preclusão. Foi

falado anteriormente que a presente matéria não está sujeita à preclusão. Pré-questionamento é entendido como requisito de admissibilidade de recursos nos tribunais superiores. Trata-se de um termo que prevê a exigência de adoção de entendimento explícito pelo julgador (ressalvada a previsão de omissão do julgador, mesmo após provocação da parte). Sendo assim, não há que se falar em pré-questionamento para evitar preclusão quando o juízo de primeiro grau indefere a produção de prova durante e fase instrutória.

### **REFERÊNCIA**

---

Arts. 1.009 e 1.015, parágrafo único do CPC/2015 – NEVES, Daniel Assumpção. Manual de direito processual civil – Volume único – 9. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018. Questão inspirada no XII EXAME DE ORDEM – FGV-2017.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIA

### **CATEGORIA**

---

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (DPC)

### **SUBCATEGORIA**

---

Recursos e Execução (RE)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO

---

**40. (UNIFESO-2019) “CNJ Serviço: o que são crimes hediondos? No dicionário, a palavra “hediondo” está descrita como algo sórdido, depravado, que provoca grande indignação moral, causando horror e repulsa. A expressão é utilizada com frequência para os crimes que ferem a dignidade humana, causando grande comoção e reprovação da sociedade. No campo jurídico, os crimes hediondos estão definidos pela a Lei 8.072, de 1990, e são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança. Neste CNJ Serviço, entenda quais são eles. Os crimes considerados hediondos podem ser consumados ou tentados. O primeiro deles é o homicídio qualificado, ou seja, quando praticado em circunstância que revele perversidade – por exemplo, se o crime é praticado por motivo fútil, com o uso de tortura ou para assegurar a impunidade de outro crime. Também é considerado hediondo o homicídio praticado por grupo de extermínio, mesmo que cometido por uma só pessoa do grupo. Em 2015, duas leis incluíram, no rol de crimes hediondos, o assassinato de policiais e o feminicídio. A Lei 13.142 tornou crime hediondo e qualificado a lesão corporal gravíssima ou seguida de morte contra policiais no exercício da função ou em decorrência dela. Estão abrangidas, pela norma, as carreiras de policiais civis, rodoviários, federais, militares, assim como bombeiros, integrantes das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança Pública e do Sistema Prisional. Já a Lei 13.104 incluiu o feminicídio – ou seja, o assassinato de mulheres por razões da condição do sexo feminino – na lista dos crimes hediondos, ao incluir o crime como homicídio qualificado. De acordo com a norma, considera-se que há razões de gênero quando o crime envolve violência doméstica ou familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os outros crimes enquadrados como hediondos são: extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, latrocínio, estupro, estupro de vulnerável, epidemia com resultado de morte, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, genocídio e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito”.**

(Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86048-cnj-servico-o-que-sao-crimes-hediondos>)

Relacionando a matéria de teoria da pena e crimes hediondos e equiparados considere as assertivas abaixo:

I – Os crimes hediondos e equiparados são insuscetíveis de graça, anistia, indulto, e liberdade provisória com ou sem fiança.

II – Os condenados por crimes hediondos e equiparados podem obter livramento condicional, desde que não sejam reincidentes específicos em crimes desta modalidade, após cumprir mais de 2/3 da pena, e ostentar os demais requisitos subjetivos previstos no art. 83 do CP.

III – Condenados por crimes hediondos sempre iniciam o cumprimento de sua pena em regime fechado de acordo com a atual jurisprudência do STF.

IV – O entendimento sumulado no STJ informa que condenados por crimes hediondos e equiparados poderão obter progressão de regime, desde que cumpram mais de 2/5 da pena, se primários, ou mais de 3/5 da pena, se reincidentes, no entanto, se o crime foi cometido antes do advento da Lei n. 11.464/2007 sujeitam-se ao critério de 1/6 da pena previsto na LEP – Lei de Execuções Penais.

V – Em caso de concurso de crimes, havendo unificação da pena para atender ao limite máximo de 30 anos previsto no art. 75 do CP, o cumprimento dos percentuais para



obtenção de progressão de regime ou livramento condicional deverão incidir sobre o tempo da pena unificada, e não sobre o total da condenação calculado pelo juiz ao aplicar a regra do concurso de crimes cabível ao caso.

É correto o que se afirmar:

**(A) Nas assertivas II e IV.**

**(B) Nas assertivas II e V.**

**(C) Nas assertivas II, IV e V.**

**(D) Nas assertivas I, III e V.**

**(E) Nas assertivas II, III, e V.**

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca de entendimento jurisprudencial recente do STF e do STJ sobre a temática de crimes hediondos e equiparados e teoria da pena, mas especificamente a matéria de fixação de regime inicial de cumprimento da pena, progressão de regime, livramento condicional, e liberdade provisória. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a competência 7 e o perfil 2. C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Penal II: Penas Privativas de Liberdade, Fixação de regime Inicial, Progressão de Regime e Livramento Condicional; Oficina Jurídica II: Penas Privativas de Liberdade, Fixação de regime Inicial, Progressão de Regime e Livramento Condicional; e Processo Penal II: Prisões e Liberdade Provisória

## JUSTIFICATIVA

---

A assertiva I está incorreta tendo em vista que o STF declarou inconstitucional a vedação da liberdade provisória aos crimes hediondos e equiparados por afronta ao princípio da presunção de inocência, subsistindo, entretanto, a vedação da liberdade provisória mediante fiança. A assertiva II está correta conforme se depreende da leitura do art. 83 do CP indicado na questão. A assertiva III está incorreta, tendo em vista que a atual jurisprudência do STF entende que o definido no art. 2º, §1º da LCH é inconstitucional por ferir o princípio da individualização da pena, ao exigir o início do cumprimento da pena em regime fechado. Ver HC 111. 840/ES, Rel Min. Dias Toffoli e Informativo 672 do STF. A assertiva IV está correta de acordo com o disposto na Súmula 471 do STJ. A assertiva V está incorreta de acordo com a previsão da súmula 715 do STF.

## REFERÊNCIAS

---

HC 111. 840/ES, Rel Min. Dias Toffoli – Ver Informativo 672 do STF. Súmulas: Súmula vinculante 26, Súmula 471 do STJ, e Súmula 715 do STF. Art. 83 do Código Penal. Art. 2º, §§1º e 2º da Lei 8072/1990.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Legislação criminal especial comentada*.: volume único. 5ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2017. Capítulo referente à Lei n. 8072/1990.

GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. *Legislação penal especial esquematizada*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Capítulo referente à Lei n. 8072/1990

MASSON, Cleber. *Direito Penal: parte geral*, Volume 1. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2017. Capítulo referente a penas privativas de liberdade e livramento condicional.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

DIFÍCIL.

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Penal - Parte Geral (DPPG)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

CONHECIMENTO

---

**41. (UNIFESO-2019) “[...] Modelo diz que foi violentada pelo jogador [...] O caso de acusação de estupro do atacante Neymar feito pela modelo Najila Trindade mobilizou as atenções neste mês de junho. Muitos fatos, fotos, trocas de mensagens e acusações foram surgindo na história [...] Neymar é acusado de estupro por uma mulher brasileira, em encontro em hotel, na cidade de Paris, no dia 15 de maio. O Boletim de Ocorrência foi feito no dia 31 de maio, em São Paulo. Na denúncia, a mulher, que vive no Brasil, afirmou ter conhecido o jogador por meio do Instagram e, depois de várias conversas, Neymar a convidou para viajar a Paris, onde os dois se encontraram e ele a teria violentado” (“Tudo sobre o caso Neymar: sexo, mensagens e acusações”**

Disponível em <<https://veja.abril.com.br/placar/tudo-sobre-o-caso-neymar-sexo-mensagens-e-acusacoes/>> Acesso em 27 jun 2019).

Considerando a matéria de Lei penal no espaço prevista no Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

(A) Trata-se de um caso de extraterritorialidade incondicionada, pelo princípio da nacionalidade ativa, podendo a lei penal brasileira ser aplicada independente de qualquer condição.

(B) Trata-se de um caso de extraterritorialidade condicionada, pelo princípio da nacionalidade ativa, somente podendo a lei penal brasileira ser aplicada caso o fato não seja julgado e absolvido ou punido no território da França.

(C) A lei penal brasileira não pode ser aplicada ao caso Neymar em nenhuma hipótese, tendo em vista que o suposto crime ocorreu no território da França, e essa é competente pelo princípio da territorialidade.

(D) A lei penal brasileira é competente pelo princípio da territorialidade por extensão, por se tratar o acusado de brasileiro nato, preponderando assim a competência brasileira para processar e julgar o caso.

(E) A lei penal brasileira deve ser aplicada ao caso, pelo princípio da justiça penal universal, sendo este um caso de extraterritorialidade incondicionada, aplicando-se a lei brasileira independente de qualquer condição.

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da matéria de Aplicação de Lei penal no espaço, correlacionado com um caso exemplar, objeto de muita repercussão social em 2019. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado as competências 1 e 7 e os perfis 2 e 3. C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas. C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. P3 – capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Conteúdos: Aplicação de lei penal no espaço.

## JUSTIFICATIVA

---

O Código Penal em seu artigo 7º, II, alínea b, prevê a possibilidade de aplicação da lei penal brasileira ao nacional que cometer crime em território estrangeiro (princípio da nacionalidade ativa). Tal competência é condicionada a satisfação de todas as condições previstas no §2º do art. 7º, em especial que o fato não tenha sido julgado e absolvido ou punido no território em que se deu o fato (extraterritorialidade condicionada).

## REFERÊNCIA

---

Artigo 7º, II, b c/c §2º todos do Código Penal. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral. 20ª ed. rev. ampl e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2018. Capítulo referente a aplicação de lei penal no espaço.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Penal - Parte Geral (DPPG)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

**42. (UNIFESO-2019) Considere as seguintes situações hipotéticas:**

**I. Dantes é denunciado pelo Ministério Público pelo crime de falso testemunho na sua forma simples, com pena prevista de reclusão de 2 a 4 anos e multa.**

**II. Fogaça é denunciado pelo Ministério Público pelo crime de descaminho, com pena prevista de 1 a 4 anos.**

**III. Damares é denunciada pelo Ministério Público pelo crime de fraude processual, com pena prevista de 3 meses a 2 anos e multa.**

Nos termos preconizados pelas Leis nº 9.099/1995 e nº 10.259/2001, que regulam os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, presentes os demais requisitos legais, para:

**(A)** Dantes, Fogaça e Damares.

**(B)** Dantes, apenas.

**(C)** Fogaça e Damares, apenas.

**(D)** Dantes e Fogaça, apenas.

**(E)** Damares, apenas.

## INTENÇÃO

---

Essa questão buscou avaliar a matéria de suspensão condicional do processo como substitutivo penal previsto na Lei n. 9099/1995. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado as competências 4 e 5, e o perfil 2.C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: Suspensão condicional do processo – lei n. 9099/1995.

## JUSTIFICATIVA

---

Fogaça e Damares cometeram crime cuja pena mínima em abstrato não é maior que 1 ano. De acordo com o art. 89 Lei 9099/1995, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

## REFERÊNCIAS

---

Art. 89 da Lei n. 9.099/1995.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Penal - Parte Geral (DPPG DOMÍNIO COGNITIVO: APLICAÇÃO)

---

**43. (XIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – PRIMEIRA FASE – QUESTÃO 63 ADAPTADA):** Durante uma operação em favela do Rio de Janeiro, policiais militares conseguem deter um jovem da comunidade portando um rádio transmissor. Acreditando ser o mesmo integrante do tráfico da comunidade, mediante violência física, os policiais exigem que ele indique o local onde as drogas e as armas estavam guardadas. Em razão das lesões sofridas, o jovem vem a falecer. O fato foi descoberto e os policiais disseram que ocorreu um acidente, porquanto não queriam a morte do rapaz por eles detido, apesar de confirmarem que davam choques elétricos em seu corpo molhado com o fim de descobrir o esconderijo das drogas.

Diante desse quadro, que restou integralmente provado, os policiais deverão responder pelo crime de:

- (A) tortura qualificada pela morte com causa de aumento.
- (B) homicídio qualificado pela tortura.
- (C) abuso de autoridade.
- (D) lesão corporal seguida de morte.**
- (E) homicídio simples em concurso formal imperfeito com a tortura

## INTENÇÃO

---

Nessa questão foram abordados predominantemente assuntos relacionados aos delitos de homicídio, lesão corporal, tortura, bem como ao fenômeno do concurso de crimes. Competência e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a competência 9, e o perfil 2. C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdos: Crimes contra a vida e a integridade física da pessoa e concurso de crimes.

## JUSTIFICATIVA

---

Os agentes não atuaram com o dolo, nem direto e nem indireto (eventual) de matar e nem com o dolo de torturar, mas sim com o chamado *animus laedendi*, ou seja, o dolo de lesionar e o resultado morte, que não era pretendido, lhes deve ser imputado a título de culpa. Por outro lado, a lesão corporal consumada absorveria o abuso de autoridade.

## REFERÊNCIAS

**Legal:** art. 121, § 2º; art. 129, § 3º e art. 70, todos do Código Penal, bem como art. 1º, da Lei nº 9.455/97. **Doutrinária:** BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal – Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 104 a 302.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

MÉDIO

## CATEGORIA

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

Direito Penal - Parte Especial (DPPE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

APLICAÇÃO

### 44. (UNIFESO-2019) Analise o texto abaixo:



(Disponível em <<http://www.psd.org.br/mulher/tres-estupros-coletivos-no-piaui-revelam-mal-disseminado-no-pais/>> Acesso em: 05 jun 2019)

Sabendo das recentes alterações no Código Penal, promovidas pela Lei nº 13.718/2018 é correto afirmar:

**(A)** A alteração da espécie de ação penal, de pública incondicionada para pública condicionada à representação, representou maior valorização da autonomia da vontade da vítima, haja vista que fica a seu critério iniciar ou não a persecução penal, ficando a seu critério evitar a vitimização secundária e primária.

**(B)** A alteração da espécie de ação penal, de privada para pública incondicionada, consagrou os reclames da população por uma maior tutela do Estado quanto aos crimes sexuais, principalmente das mulheres que, inegavelmente, constituem as maiores vítimas daqueles crimes.

**(C)** A alteração da espécie de ação penal, de pública condicionada à representação para pública incondicionada, trouxe uma *novatio legis in pejus*, tendo vista que na espécie de ação penal que exige a dita condição de procedibilidade existe um número maior de causas extintivas da punibilidade, leia-se, a decadência.

**(D)** A alteração da espécie de ação penal, de privada para pública condicionada à representação, proporciona às vítimas a maior conforto quanto às chamadas vitimização

secundária e terciária, haja vista que fica à cargo do Ministério Público a promoção da ação penal, o que antes era incumbência do sujeito passivo do crime, forçando-o a recordar os fatos perante os órgãos estatais de persecução penal e, também, perante outros indivíduos. (E) A alteração da espécie de ação penal, de pública condicionada à representação para pública incondicionada, não pode ser considerada uma *novatio legis in pejus*, haja vista que não trouxe prejuízos aos acusados, apenas recrudescer o tratamento estatal quanto aos crimes contra a dignidade sexual.

## INTENÇÃO

---

Conteúdo: A questão envolve conceitos relacionados a ação penal, causas extintivas da punibilidade, lei penal no tempo e os crimes contra a dignidade sexual, além do tema vitimização, próprio de Criminologia. A Lei nº 13.718/2018 alterou o artigo 225 do Código Penal, tornando os crimes do Capítulo I do Título VI do Código Penal de ação penal pública incondicionada, sendo certo que eram de ação penal pública condicionada à representação e outrora foram de ação penal privada, antes do advento da Lei nº 12.015/2009. A assertiva correta (letra C) traz ainda a necessidade de o aluno saber as causas extintivas da punibilidade incidentes sobre cada espécie de ação penal, de modo que, a decadência não incide na ação penal pública incondicionada, tornando a Lei nº 13.728/2018 uma *novatio legis in pejus*, que não pode retroagir pelas razões vedadas pela Constituição da República e pelo Código Penal. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado as competências 4 e 5, e o perfil 2. C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. A questão aborda diferentes conceitos, o que força o aluno a interliga-los para solução da questão, o aluno que apresentar esta competência alcançará a solução do problema, principalmente por serem áreas de afinidade, todas ligadas às Ciências Criminais.

O egresso deve desenvolver a capacidade de domínio, identificação e aplicação dos conceitos e terminologias próprias das Ciências Criminais, o que irá encontrar em diversas oportunidades na sua vida profissional, o que significa um primeiro passo para a correta interpretação e aplicação da providência necessária à solução de casos concretos.

## JUSTIFICATIVA

---

Letra A – A Lei nº 13.718/2018 realizou a mudança inversa, ou seja, passou a ação penal de pública condicionada à representação para pública incondicionada, sendo assim, vozes na doutrina criticam a retirada da dita condição de procedibilidade, já que limita a autonomia da vítima em dar ou não início a persecução penal.

Letra B – Como dito, a alteração não foi a que está posta na alternativa, em que pese a espécie de ação penal daqueles crimes já ter sido privada, desde de o advento da Lei nº 12.015/2009, que reformou os Crimes contra os Costumes e passou a denomina-los de Crimes contra a Dignidade Sexual, a ação penal do crime de estupro não é mais de titularidade do ofendido.

Letra C – é a alternativa correta, de fato a Lei nº 13.718/2018 inseriu nova modalidade de ação penal no artigo 225 do Código Penal, antes ação penal pública condicionada à representação e agora ação penal pública incondicionada, desta forma, trata-se, sim, de *novatio legis in pejus*, já que sobre a ação penal pública incondicionada não incide a causa extintiva da punibilidade destacada, a decadência (artigo 107, IV do Código Penal).

Letra D – Esta alternativa tinha respaldo durante a vigência da redação antiga do Código Penal, pois a representação ficava à critério da vítima, sendo discricionário o início da persecução penal, o que obviamente era analisado em conjunto com a vitimização da

mesma, obrigada em casos de efetivação da condição de procedibilidade a reviver perante autoridades e à exposição perante terceiros, ainda que o sigilo seja regra no artigo 234-B do Código Penal.

Letra E – De fato a Lei nº 13.718/2018 recrudescou o tratamento para os crimes sexuais, principalmente para aqueles do Capítulo I do Título VI da Parte Especial do Código Penal, porém esta deve ser considerada uma *novatio legis in pejus* pelos motivos expostos acima, na **justificativa** da letra C. Por essa razão, o diploma legal inovador não pode retroagir em prejuízo do acusado.

## REFERÊNCIAS

---

Art. 225 do Código Penal alterado pela Lei nº 13.718/2018, art. 103 do Código Penal, e art. 5º, XL da Constituição Federal. CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal Comentado Para Concursos. 12ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p.693-697.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Penal - Parte Especial (DPPE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

CONHECIMENTO

---

### 45. (UNIFESO-2019) Analise a situação hipotética abaixo:

**Mévio, servidor público da Secretaria Estadual de Fazenda, trabalhava com veículo, que estava à sua disposição em razão do seu cargo, permitindo o deslocamento para diversas localidades, no cumprimento de sua obrigação. Certo dia, Mévio utilizou este veículo para encontro com uma prostituta no motel de sua cidade, ocasião em que foi flagrado pelos entes regulatórios estatais e pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.**

Com base na hipótese é correto afirmar:

**(A)** A atitude de Mévio configura o crime de peculato-desvio (artigo 312 do Código Penal), já que o servidor público desviou o carro em proveito próprio, além de configurar hipótese de improbidade administrativa (artigo 9º, IV da Lei nº 8.429/1992).

**(B)** A atitude de Mévio é atípica, já que não configura crime o chamado peculato de uso, tendo em vista que o carro é bem infungível, o que descaracteriza, por via de consequência, o ilícito administrativo, não sendo hipótese de improbidade administrativa (artigo 9º, IV da Lei nº 8.429/1992).

**(C)** A atitude de Mévio configura o crime de peculato-desvio (artigo 312 do Código Penal), já que o servidor público desviou o carro em proveito próprio, mas não configura hipótese de improbidade administrativa (artigo 9º, IV da Lei nº 8.429/1992).

**(D)** A atitude de Mévio é atípica, já que não configura crime o chamado peculato de uso, tendo em vista que o carro é bem infungível, o que não descaracteriza o ilícito administrativo, sendo hipótese de improbidade administrativa (artigo 9º, IV da Lei nº 8.429/1992).

**(E)** A existência de crime fica condicionada à existência de atos de improbidade, regra geral para todos os crimes contra a administração pública, sendo assim, houve o crime de peculato-apropriação (artigo 312 do Código Penal).

## INTENÇÃO

---

**Conteúdo:** Na questão o estudante deve dominar os crimes contra a administração pública, correlacionando com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Caso o estudante detenha conhecimento nessas duas áreas a questão se torna de fácil elucidação, posto que podemos estabelecer uma regra nos crimes contra a administração pública, *todo crime é um ato de improbidade administrativa, mas nem todo ato de improbidade administrativa é um crime*, desse modo, é possível saber como estes institutos se comunicam. **Competência e Perfil:** Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a competência 5, e o perfil 2. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Na questão é fundamental que o aluno detenha conhecimento sobre o que é peculato de uso e quais as suas consequências, notadamente, afastar a tipicidade, deixando de ser crime. Sendo assim, é fundamental o raciocínio jurídico para solução desta questão. O egresso deve desenvolver a capacidade de domínio, identificação e aplicação dos conceitos e terminologias próprias das Ciências Criminais, o que irá encontrar em diversas oportunidades na sua vida profissional, o que significa um primeiro passo para a correta interpretação e aplicação da providência necessária à solução de casos concretos.

## JUSTIFICATIVA

---

Letra A – Na hipótese posta na questão não há prática de crime, trata-se de peculato de uso, reconhecidamente uma conduta atípica pela doutrina e jurisprudência. Importante chamar a atenção de que em que pese não incidir a responsabilidade criminal trata-se de ato de improbidade administrativa, passível de receber as punições da Lei nº 8.429/1992.

Letra B – de fato trata-se de hipótese de peculato de uso, porém a atipicidade da conduta não desnatura o ilícito administrativo, portanto, a alternativa está incorreta.

Letra C – Novamente a atitude de Mévio não configura crime, porém a assertiva tem algo a mais errado, trata-se de ato de improbidade, como dito, passível de punição aos olhos da Lei nº 8.429/1992.

Letra D – Correta, trata-se de conduta atípica, porém passível de punição aos olhos do artigo 9º, IV da Lei nº 8.429/1992.

Letra E – Não há o condicionamento da responsabilidade penal à responsabilidade administrativa, de todo modo, no que fala da conduta de Mévio, a assertiva também está errada, já que não há que se falar em crime.

## REFERÊNCIAS

---

STF. 1ª Turma. HC 108433 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25/06/2013; e STJ. 6ª Turma. HC 94.168/MG, Rel. Min. Jane Silva (Desembargadora Convocada Do TJ/MG, julgado em 01/04/2008. Art. 312 do Código Penal.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Penal - Parte Especial (DPPE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO



---

46. (XIX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – PRIMEIRA FASE – QUESTÃO 68 ADAPTADA) Thales foi denunciado pela prática de um crime de apropriação indébita. Para oitiva da vítima Marcos, residente em cidade diversa do juízo competente, foi expedida carta precatória, sendo todas as partes intimadas dessa expedição. Antes do retorno, foi realizada audiência de instrução e julgamento, mas apenas foram ouvidas as testemunhas de acusação João e José, que apresentaram versões absolutamente discrepantes sobre circunstâncias relevantes, sendo que ambas afirmaram que estavam no local dos fatos. Hélio, padre que escutou a confissão de Thales e tinha conhecimento sobre a dinâmica delitiva, em razão de seu dever de guardar segredo, não foi intimado. Com a concordância das partes, a audiência de continuação para oitiva das testemunhas de defesa e interrogatório foi remarcada.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

(A) O depoimento de João foi inválido, já que a oitiva do ofendido deve ser realizada antes das demais testemunhas e a expedição de carta precatória suspende a instrução criminal.

(B) O juiz poderá fazer a contradita, diante das contradições sobre circunstâncias relevantes nos depoimentos das testemunhas.

(C) Hélio está proibido de depor sem autorização da parte interessada, salvo quando não for possível, por outro modo, obter a prova do fato; nesse caso poderia comparecer independentemente de ter sido arrolado ou intimado

(D) O advogado do acusado não precisa ser intimado pessoalmente da data designada para audiência a ser realizada no juízo deprecado.

(E) É possível a condução coercitiva do acusado que não comparece em audiência para ser interrogado

### INTENÇÃO

Conteúdo: Nessa questão foram abordados assuntos predominantemente relacionados ao dever de testemunhar, às proibições e dispensas de testemunhar, ao interrogatório e à condução coercitiva. Competência e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a competência 9, e o perfil 2. C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica

### JUSTIFICATIVA

Se o defensor constituído não for notificado da data da audiência pelo Juízo deprecado o ato é nulo. Por outro lado, não houve nulidade no depoimento de João e a expedição de carta precatória não suspende o processo, a contradita é ato da parte e não do juiz; para que Hélio, nas circunstâncias, prestasse depoimento deveria ter sido arrolado por uma das partes ou seu depoimento requisitado pelo juiz e deveria ter sido regularmente intimado; não é possível a condução coercitiva do acusado que comparece para exercer sua ampla defesa.

### REFERÊNCIAS

**Legal:** Artigos. 206, 207, 208, 218 e 219, todos do Código de Processo Penal. **Doutrínaria:** PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2018, p. 609 a 628

### NÍVEL DE DIFICULDADE

MÉDIO

### CATEGORIA

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Processo Penal (PP)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

**47. (UNIFESO-2019) “Ao ingressar o inquérito no processo e no ‘mundo processual’, desaparece toda e qualquer imunidade à legalidade, podendo e devendo ser submetido ao filtro de legalidade/constitucionalidade como qualquer ato do processo, até porque, todo e qualquer ato jurídico submetido ao processo judicial deve gozar de legalidade suficiente para poder gerar efeitos. Não esqueçamos, ainda, que se os atos jurisdicionais — mais relevantes do que aqueles da investigação — são suscetíveis de controle de legalidade, como afastar a incidência da fiscalização de sua validade justamente naqueles atos mais precários, mais informais? É justamente nesse terreno que o controle deve ser mais efetivo e criterioso! E tudo isso já deve ser feito no momento do recebimento da denúncia, mas se não ocorrer, o vício permanece vivo no curso do processo e pode/deve ser reconhecido a qualquer tempo (como toda e qualquer nulidade absoluta)”.**

(LOPES JR, Aury. Nulidades e ilicitudes do inquérito não contaminam o processo penal?)

**Considerando o teor do texto de Aury Lopes Jr., imagine que instaurado o inquérito policial para apurar a autoria e materialidade de determinado crime, no curso das investigações determinou o Delegado que se fizesse uma perícia. Para tanto a Autoridade Policial determinou que dois peritos leigos, sem curso superior executassem a tarefa, embora o art. 159, do CPP disponha que o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizadas por perito oficial, portador de diploma de curso superior.**

Nesta hipótese, qual a solução jurídica mais adequada?

(A) O inquérito policial deve ser considerado nulo por violação ao disposto no art. 159 do CPP.

(B) Não há que se falar em nulidade, pois a prova pericial poderá ser judicializada.

(C) O inquérito policial, por ser procedimento administrativo, eventuais vícios não são passíveis de nulidade.

**(D) Apesar da natureza jurídica do inquérito policial, eventuais atos praticados com vício poderão estes ser nulificados.**

(E) A prova pericial poderá ser substituída por testemunhas.

## INTENÇÃO

---

Conteúdo: A questão trata da matéria de inquérito policial, da coleta de elementos para a ação penal, e sua relação com prova pericial e nulidades. Competência e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado as competências 2 e 4, e o perfil 2. (C2 – demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, além da devida utilização das normas técnico-jurídicas; C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica).

## JUSTIFICATIVA

---

Sabe-se que o inquérito policial trata-se de procedimento administrativo composto por peças de informação, as quais embasarão a ação penal. Por não estar sujeito ao crivo do contraditório e ampla defesa, não é passível de nulidade, porque as provas colhidas durante a investigação poderão ser judicializadas. Contudo, a prova pericial feita em sede policial nem sempre poderá ser repetida em Juízo, razão pela qual, deve-se buscar o reconhecimento de sua nulidade (e não de todo o Inquérito), sob pena de vir causar danos irreparáveis à acusação ou a defesa técnica (depende do caso), quando iniciada a instrução criminal, com o recebimento da denúncia ou queixa. Daí a importância de que determinados atos praticados na investigação devem obedecer as formalidades legais, previstas em lei. No caso o Art. 159 do CPP é claro quanto à formalidade do ato sub examine. A opção correta está na assertiva “d”, porque essa assertiva melhor se adequa ao pensamento do autor no texto analisado.

## REFERÊNCIAS

---

Art. 159 do CPP. Art. 5º, VII do CPP

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Processo Penal (PP)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

**48. (UNIFESO-2019) “O art. 578 do CPP estabelece que os recursos serão interpostos por petição ou por termo nos autos. Importante lembrar que, diferentemente do que ocorre na esfera cível, no âmbito penal alguns recursos têm a sua interposição propriamente dita realizada em momento distinto daquele em que devem ser oferecidas as razões. Portanto, quando se refere o citado artigo do Código de Processo Penal que a interposição será feita por petição ou termo, não está se referindo às razões, mas tão somente ao ato da parte, manifestando, a quem de direito, seu desejo de ver reexaminada a decisão recorrida por um órgão jurisdicional superior” (AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo penal esquematizado. 5ª ed. São Paulo: Método, 2013).**

Embora o art. 578 do CPP seja genérico, permitindo o entendimento de que qualquer recurso possa ser interposto por petição ou por termo, a verdade é que somente alguns podem ser deduzidos também por termo. São eles:

- (A) Apelação, embargos de declaração e recurso especial.
- (B) Recurso em sentido estrito, apelação e agravo em execução.
- (C) Recurso em sentido estrito, apelação e embargos infringentes e de nulidades.
- (D) Embargos de declaração, apelação e agravo em execução.
- (E) Apelação, recurso em sentido estrito, carta testemunhável e agravo em execução.**

## INTENÇÃO

---

Conteúdo: A questão trata da matéria de Recursos. Competência e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado as competências 2 e 4, e o perfil 2 (C2 – demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e

documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, além da devida utilização das normas técnico-jurídicas; C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica).

## JUSTIFICATIVA

---

A norma insculpida no art. 578 do CPP é genérica e por isso deve ser analisada a sua aplicabilidade em todos os recursos previstos em lei, mormente se considerado o procedimento legal previsto para cada um deles. Na opção “e” estão os recursos de idêntico procedimento, tendo prazos comuns de interposição, com permissão de apresentação de razões em momento posterior. A opção correta está na assertiva “e”, porque essa assertiva melhor se adequa ao pensamento do autor no texto analisado.

## REFERÊNCIAS

---

Artigos 581, 593, 639, e 660 todos do Código de Processo Penal; e artigo 197 da Lei de Execuções Penais. AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo penal esquematizado*. 5ª ed. São Paulo: Método, 2013.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

DIFÍCIL

## CATEGORIA

---

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (DPPP)

## SUBCATEGORIA

---

Processo Penal (PP)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

CONHECIMENTO

---

---

**49. (FGV-OAB - 2019) Carlos, insatisfeito com o pequeno lucro da loja de roupas da qual era sócio, retirou-se da sociedade empresária e averbou, na respectiva junta comercial, novo contrato social, onde constava sua retirada. O empresário, 36 meses após esse fato, foi surpreendido com sua citação em uma reclamação trabalhista ajuizada dias antes por Carlina.**

Sobre a hipótese apresentada, considerando a atual redação da CLT, assinale a afirmativa correta.

(A) Carlos responde solidariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.

(B) Carlos responde subsidiariamente pelos débitos da sociedade na ação trabalhista em referência.

(C) Carlos não mais responde, na ação trabalhista em referência, pelos débitos da sociedade.

(D) No caso, primeiro responde a empresa devedora, depois, os sócios atuais e, em seguida, os sócios retirantes, que é o caso de Carlos.

(E) No caso, a responsabilidade é solidária da empresa devedora, sócios atuais e sócios retirantes, que é o caso de Carlos.

## INTENÇÃO

---

A questão busca averiguar o conhecimento do discente acerca da alteração da estrutura jurídica da empresa e o efeito no contrato de trabalho, especialmente a partir da figura do sócio retirante. O tema relevância diante da reincidência do tema nas provas da OAB e

concursos em geral. Além disso, tais questões relacionadas ao tema surgem no cotidiano do aluno e irão auxiliá-lo na solução de problemas futuros como profissional. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Alteração na estrutura jurídica da empresa; Sócio retirante; Responsabilidade.

### **JUSTIFICATIVA**

---

Conforme art. 10-A da CLT, o sócio retirante responde subsidiariamente pelas verbas trabalhistas, referentes ao período em que figurou como sócio, nas ações ajuizadas até 2 anos após a averbação da sua retirada. Em razão disso, a alternativa correta é a letra C. A letra A está errada, pois a responsabilidade do sócio retirante é, em regra, subsidiária e, além disso, está errada porque afirma que a ação foi ajuizada 36 meses após a averbação da sua retirada da sociedade. A letra B está errada, pois a ação foi ajuizada 36 meses após a averbação da sua retirada da sociedade e não há que se falar em responsabilização do sócio retirante nesse caso. A letra D prevê a ordem da responsabilidade subsidiária do sócio retirante, porém, está errada porque no presente caso não há que se falar em responsabilidade do sócio retirante, tendo em vista o prazo do ajuizamento da ação. A letra E está errada porque, além de não existir responsabilidade do sócio retirante no presente caso, a responsabilidade dele é, em regra, subsidiária. Só poderá ocorrer responsabilidade solidária em caso de fraude, o que não é abordado pela questão.

### **REFERÊNCIA**

---

Questão inspirada (com adaptações) no Exame de Ordem Unificado - XXVIII - Primeira Fase - FGV - 2019 – OAB.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIO

### **CATEGORIA**

---

Direito da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

### **SUBCATEGORIA**

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO.

---

**50. (OAB XXII - Primeira Fase - 2017) Carlitos e Devanir eram funcionários da sociedade empresária X e sempre trabalharam no município do Rio de Janeiro. Por necessidade de serviço, eles foram deslocados para trabalhar em locais distintos dos quais foram contratados. Carlitos, que morava na rua da empresa, passou a trabalhar na unidade da empresa que fica localizada em um bairro distante do Município e continuou morando no mesmo lugar, apesar de passar a demorar cerca de 2 horas para chegar ao trabalho. Devanir, no entanto, mudou-se definitivamente, com toda a família, para o município em que passou a trabalhar, distante 350 km do Rio de Janeiro. Dois anos depois, ambos foram dispensados. A sociedade empresária nada pagou aos funcionários quando das transferências de locais de trabalho, salvo a despesa com a mudança de Devanir. Ambos ajuizaram ações trabalhistas.**

A partir da hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carlitos e Devanir não têm direito ao adicional de transferência.**  
(B) Apenas Devanir tem direito ao adicional de transferência.  
(C) Apenas Carlitos tem direito ao adicional de transferência.  
(D) Ambos têm direito ao adicional de transferência.  
(E) A empresa também deveria ter arcado com as despesas da mudança de domicílio de Carlitos.

### **INTENÇÃO**

A questão busca averiguar o conhecimento do discente acerca da “transferência”, que integra o tema da alteração do contrato de trabalho. O tema possui relevância diante da reincidência do tema nas provas da OAB e concursos em geral. Além disso, ajudam o aluno para a formação profissional, dando suporte para solucionar problemas. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”.

Conteúdo: Transferência. Adicionais Legais. Alteração do Contrato de Trabalho;

### **JUSTIFICATIVA**

A legislação prevê, no art. 469 da CLT, que “Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio”. Além disso, o §3º do referido artigo, prevê que “Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação”. Em razão disso, a alternativa correta é a letra A, uma vez que Carlos, apesar de ter passado a trabalhar em outra unidade da empresa, isso ocorreu dentro do mesmo município, não sendo hipótese de transferência na forma da lei. Devanir não possui direito ao adicional de transferência, pois sua transferência foi definitiva e o requisito apto para ensejar o pagamento do adicional de 25% é a transferência provisória. A letra B está errada, pois Devanir foi transferido definitivamente, não possuindo direito ao adicional de transferência. A letra C está errada, pois Carlitos passou a trabalhar em uma outra unidade da empresa localizada no mesmo município, não havendo que se falar em transferência sem que resulte em mudança de domicílio. A letra D está errada, conforme argumentos acima, uma vez que

Carlitos e Devanir não possuem direito ao adicional de transferência. A letra E está errada. O art. 470 da CLT prevê que “as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador”, porém, no caso de Carlitos, não há que se falar em transferência na forma da legislação. Ademais, ainda que a questão mencionasse que Carlitos tivesse mudado para o baixo mais distante, não haveria que se falar em transferência, de acordo com a legislação.

## REFERÊNCIA

---

CARRION, Valentin. *Comentários à CLT: legislação complementar, jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2019.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO.

## CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

ANÁLISE.

---

**51. (UNIFESO -2019) Para que a garantia no emprego em razão da candidatura do empregado a dirigente sindical se consolide, a CLT dispõe no Art. 543, § 5º que: “Para os fins deste artigo, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido”. Gislene registrou sua candidatura a dirigente sindical, na condição de Vice-presidente na chapa, mas o sindicato não comunicou tal fato ao seu empregador que, ignorando a situação, concedeu aviso prévio à empregada 10 dias depois.**

Nessa hipótese, de acordo com o entendimento do TST, assinale a afirmativa correta.

(A) O empregador, a seu critério, aceitará ou não a justificativa tardia da empregada que se candidatou a dirigente sindical e mantém seu contrato de trabalho.

(B) O empregador fica obrigado a respeitar a garantia no emprego, mesmo que seja informado deste fato após a ruptura da interlocução social, devendo readmiti-la.

(C) O empregador tem de respeitar a garantia, ainda que seja comunicado posteriormente da candidatura da empregada, desde que isso ocorra enquanto o pacto laboral estiver em vigor.

(D) A empresa não precisa respeitar a garantia no emprego porque o prazo legal não foi observado, de modo que isso não a vincula. Ademais, ignorando a garantia da empregada, a empresa não teria agido de má-fé.

(E) É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, ainda que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra após a extinção do contrato de trabalho.

## INTENÇÃO

---

A questão busca averiguar o conhecimento do discente acerca da estabilidade (garantia provisória do emprego). Tal ponto está entre os três mais cobrados em provas de direito do trabalho (OAB e concursos). Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da

metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Garantia Provisória do Emprego; Estabilidade Sindical; Proteção contra despedida arbitrária.

## JUSTIFICATIVA

---

A CLT, no art. 543, §5º, prevê que “a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este comprovante no mesmo sentido”, conforme consta no enunciado. A questão aborda o entendimento pacificado do TST firmado na súmula 369 a respeito da não observância do referido prazo de 24 horas. O que ocorre se o sindicato descumprir o referido prazo de 24 horas? A súmula 369, I prevê que “É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho”. Em razão disso, a alternativa correta é a letra C, uma vez que reproduz o entendimento do TST sobre o tema. A letra A está errada, pois inexistente essa faculdade do empregador em aceitar ou não a **justificativa** para o descumprimento do prazo de 24 horas. A letra B está errada, pois o empregador só fica obrigado a respeitar a garantia no emprego se a comunicação do registro da candidatura ocorrer durante a vigência do contrato. A letra D está errada, pois o desrespeito ao prazo de 24 horas não afasta, por si só, a obrigação do empregador em respeitar a garantia no emprego, sendo necessário que tal comunicação ocorra na vigência do contrato de trabalho. A letra E está errada, pois, apesar de ser aceita a comunicação do registro após o prazo de 24 horas, tal fato deve acontecer durante a vigência do contrato e não após a extinção, como menciona a alternativa.

## REFERÊNCIA

---

Legislação (CLT) e Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho - TST (súmula 369).

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

**52. (FGV – 2018) Carmem trabalha em uma multinacional que fabrica chocolates. No período que antecede à Páscoa, sua jornada de trabalho é prorrogada, por conta do crescimento da produção neste período. Nos meses de fevereiro e março Carmem trabalhou de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, gozando diariamente de 30 minutos para repouso e alimentação.**

A partir do caso acima, Carmem faz jus a

**(A)** uma hora integral, acrescida de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.



(B) uma hora integral, acrescida de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.

(C) 30 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.

(D) 30 minutos, acrescidos de 50% sobre a remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.

(E) 30 minutos, sem acréscimo, pois não se trata de hora extra, mas sim de pagamento de natureza meramente indenizatória.

## INTENÇÃO

---

A questão busca averiguar o conhecimento do discente acerca da “supressão do intervalo intrajornada”. Este item integra o estudo da duração do trabalho, especialmente sobre os intervalos para descanso. Além disso, a questão aborda a natureza da parcela paga pela supressão parcial do intervalo para descanso, possuindo relação com o tema “remuneração” ao discutir se a natureza é indenizatória ou salarial no presente caso. O tema possui relevância diante da reincidência do tema nas provas da OAB (principalmente após a reforma trabalhista) e concursos em geral. Além disso, ajudam o aluno para a formação profissional, dando suporte para solucionar problemas. Competências verificadas: C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdo: Duração do Trabalho; Intervalos; Intervalo Intrajornada; Supressão; Remuneração.

## JUSTIFICATIVA

---

A CLT prevê, no art. 71, §4º o seguinte: “A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.” Exige-se do aluno a análise do caso à luz da legislação e a compreensão de que a supressão parcial, atualmente, gera o direito do pagamento somente do período suprimido do intervalo intrajornada, com acréscimo de 50% e tal pagamento possui natureza indenizatória. Em razão disso, a alternativa correta é a letra C. A letra A está errada, pois não há que se falar em pagamento integral do intervalo suprimido parcialmente e a natureza do pagamento é indenizatória e não salarial como menciona a alternativa. A letra B está errada, pois, quando há supressão parcial do intervalo intrajornada, o empregado tem direito somente ao pagamento do referido intervalo suprimido, não havendo que se falar em pagamento integral do intervalo. A letra D está errada, pois o pagamento da referida parcela não possui natureza salarial após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017. A letra E está errada, pois o pagamento da referida parcela pela supressão do intervalo é feito com acréscimo de 50%.

## REFERÊNCIA

---

Art. 71, §4º da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista). A referida questão foi inspirada (com adaptações) no Exame de Ordem Unificado - XXVII - Primeira Fase - FGV - 2018 – OAB.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direito da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

ANÁLISE

---

**53. (UNIFESO-2019) As regras encontradas no Código Civil para a formação do nome empresarial são bastante simples. Além da Veracidade, a lei brasileira adota o requisito da novidade para a constituição do nome comercial, constituindo impedimento para o Registro Público de Empresas Mercantis (na Junta Comercial) a existência de nome igual ou similar.**

Acerca das disposições que regulamentam o nome empresarial, é correto afirmar que:

(A) a firma individual é constituída pelo nome da sociedade, admitindo-se o aditamento de designação mais precisa de sua pessoa ou gênero de atividade e, no caso da empresa individual de responsabilidade limitada, a expressão “EIRELI”.

(B) O nome do empresário deve distinguir-se de qualquer outro já existente nas Juntas Comerciais de todas as unidades da Federação.

(C) A denominação pode ser usada em todo e qualquer tipo de sociedade, podendo o nome do fundador constar da denominação.

(D) a firma social pode ser utilizada por todas as sociedades, à exceção da anônima, e é constituída pelo nome dos sócios, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela sociedade, salvo quando se tratar de sociedade limitada e em comandita por ações que devem, obrigatoriamente, fazer uso das expressões “limitada” e em comandita por ações, respectivamente.

(E) O nome empresarial constitui patrimônio da sociedade e pode ser alienado mediante contrato de cessão de direito.

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante sobre o registro das empresas mercantis através da abordagem do procedimento de registro, dos atos sujeitos a registro das empresas mercantis, dos efeitos do registro e do seu cancelamento. Competência e Perfil: C8 – atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;; P3 – capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Conteúdo: I) Registro de Empresa; II) Registro de Empresa; III) Nome Empresarial.

## JUSTIFICATIVA

---

De acordo com a Lei do Registro de Comercio, uma empresa adquire personalidade jurídica como Arquivamento de seu ato Constitutivo. Para que esse Arquivamento seja deferido é necessário que se observe algumas condições e, como tal, uma delas é que no ato constitutivo deve constar a Razão Social que, poderá ser por Firma ou Denominação. Segundo o art. 1.156 do Código Civil “Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade”, de modo que é o nome do empresário, e não da sociedade, que compõe a firma. O artigo 1.166 do Código Civil versa que “Art. 1.166. A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado”, de forma que a proteção ao nome se dá em âmbito estadual, nas circunscrições das juntas comerciais. Ainda segundo o art. Artigo 1041 da Lei 10.406/02, “O

Contrato deve mencionar, além das indicações referidas no Art. 997, a FIRMA SOCIAL". Assim, a Sociedade em nome Coletivo não pode ser constituída sob Denominação. Não bastasse isso, o nome social é, na verdade, personalíssimo, e não pode ser objeto de alienação. De outro lado, a firma social pode ser utilizada por todas as sociedades, exceto pelas sociedades anônimas, de acordo com os artigos 968, inciso II; 980-A, §1º; 997, inciso I; art. 1.041; 1.046; 1.054; 1.090; 1.157 do Código Civil e art. 3º da Lei 6.404/1976.

## REFERÊNCIA

---

Arts. 968, inciso II; 980-A, §1º; 997, inciso I; art. 1.041; 1.046; 1.054; 1.090; 1.157 e 1.156 da Lei 10.406/02. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial, 7ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 119-132, 2017.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

FÁCIL

## CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Empresarial (DE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO.

---

### 54. (UNIFESO-2019) Leia a ementa transcrita abaixo:

**Recurso especial. Direito Empresarial. Sociedade anônima Violação do Art. 535, II do CPC. Não ocorrência. Distribuição de dividendos mínimos. Participação nos lucros remanescentes. Exclusão. Revisão estatutária expressa. Art. 17, § 2º, da Lei nº 6404/76 (com redação anterior à possibilidade. Recurso não conhecido.**

**Não há falar em omissão do acórdão guerreado, porquanto houve expressa manifestação da Corte Estadual sobre as matérias devolvidas no apelo manejado pelo recorrente, máxime no que toca à estatutariamente aos acionistas preferenciais e à normação relativa aos incentivos fiscais. 2.No caso em exame, registrou o acórdão guerreado a existência de cláusula expressa no estatuto social da recorrida, dispondo que as ações preferenciais, de classe idêntica àquelas possuídas pelo recorrente, não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo; por norma da regência (Lei n. 6404/76, art. 17 § 2º com a redação anterior as alterações promovidas pela Lei 10.303/2001) não se há falar em qualquer irregularidade. 3. Recurso especial não conhecido (STJ, REsp 642611-BA, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 06.08.2007, p, 497).**

De acordo com a decisão acima e em relação ao direito de dividendos a ser pago aos acionistas, marque a única condição correta:

- (A) É direito exclusivo dos acionistas portadores de Ações Ordinárias.
- (B) É direito exclusivo dos acionistas portadores de Ações Preferenciais.
- (C) O Estatuto pode restringir o dividendo suplementar para uma classe de ação.
- (D) Em qualquer modalidade, o dividendo suplementar é direito de todos os acionistas.
- (E) O Estatuto pode restringir o dividendo obrigatório para apenas uma classe de Ações.**

## INTENÇÃO

---

Com essa questão se pretende que o estudante demonstre seus conhecimentos acerca dos direitos dos acionistas de uma Sociedade anônima, principalmente no que diz respeito aos

Dividendos, Mínimos e Máximos bem como a possibilidade de restrição de alguns direitos, tais como o não recebimento de dividendos suplementares. Competência e Perfil: C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: I) Modalidade de Ações, Ordinárias, Preferenciais, de Fruição e Golden Share. II) Direito de voto, Direito de Veto, Voto Plural; III) Sociedade Anônima de Capital Fechado, Sociedade Anônima de Capital Aberto; Sociedade de Economia Mista e Sociedade em Comandita por Ações.

### **JUSTIFICATIVA**

---

De acordo com as disposições contidas na Lei 6404/76, a Sociedade de Capital, na modalidade de Sociedade Anônima, de Capital Aberto ou Fechado, mesmo que seja uma sociedade de Economia Mista, deverá pagar um dividendo mínimo aos seus acionistas, sendo certo que poderá haver restrições para o pagamento de dividendos suplementares. Cabe lembrar que essa modalidade de Sociedade é mais utilizada para empresas de médio a grande porte.

### **REFERÊNCIAS**

---

Art. 19 e 202 da Lei 6404/1976, no qual se lê “Art. 19 – O estatuto da companhia com ações preferenciais declarará as vantagens ou **preferências** atribuídas a cada classe de ações e as restrições que ficarão sujeitas...”, Lei 13.303/2016, Lei 6385/76 e Lei 10.406/02.

RAMOS, André Santa Cruz. Direito Empresarial (esquematizado). Editora Método 2016, RJ, p. 361, entende que: “No entanto, é preciso destacar que essas restrições que podem ser impostas aos preferencialistas, as quais devem vir expressamente consignadas no estatuto”.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIO

### **CATEGORIA**

---

Direito da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

### **SUBCATEGORIA**

---

Direito Empresarial (DE)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO

## 55. (UNIFESO-2019) Analise a letra de câmbio abaixo:

### ANVERSO DO TÍTULO

LETRA DE CÂMBIO Aceito (âmnia) Álvaro Rico	N. 01 Vencimento 11 de março de 2020 Valor R\$ 2.000,00	
	No vencimento pagará (ão) V.Sa(s) por esta única via de Letra de Câmbio, à Ludovico	
	Honestino da Silva CPF 000.000.000-01	
	ou à sua ordem a importância de Dois mil reais	
	Na praça de Teresópolis	
	a apresentação desta cambial poderá ser feita até _____ meses da data do saque	
	Aceitante(s) (saqado) Álvaro Rico	
	Endereço: Av. Alberto Torres, 111, Alto. CEP 25.961.265	
	Cidade: Teresópolis Estado: Rio de Janeiro	
	Documentos: Local e Data do Saque	
CPF/CNPJ 000.000.000-02	Teresópolis, 08 de março de 2019	
Outros Doc. RG 0.000.003	Bartolomeu Falastrão	

### VERSO DO TÍTULO

Endosso para Mirtes  
Miranda proibindo novo  
endosso.

*Ludovico H. da Silva*

No que se refere à consequência do tipo de endosso inserido na letra de câmbio abaixo, é correto afirmar que:

- (A) Inviabiliza a realização de novo endosso.
- (B) Limita a quantidade de pessoas que podem demandar do endossante.
- (C) Faz com que o título só possa circular mediante cessão civil de crédito.
- (D) Dispensa o tomador da necessidade de protesto para demandar contra o instituidor da cláusula.
- (E) Constitui uma garantia equivalente a um aval.

### INTENÇÃO

A questão busca verificar a aplicação do conhecimento do estudante sobre os efeitos da cláusula proibitiva de endosso em uma letra de câmbio. Competência e Perfil: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: Letra de câmbio. Cláusula proibitiva de endosso.

### JUSTIFICATIVA

Conforme o art. 15 da lei uniforme de Genebra (LUG): “O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra. O endossante pode proibir um novo endosso, e, neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.

### REFERÊNCIA

Art. 15 do Decreto nº 57.663/1966. TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: títulos de crédito. Volume 2. 9ª ed. Saraiva Educação. 2018, Cap. 8. pág. 131.

### NÍVEL DE DIFICULDADE

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Empresarial (DE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

**56. (UNIFESO-2019) Considere o seguinte caso hipotético:**

**Rosquinha Branquinha LTDA. EPP ingressou com pedido de recuperação judicial, que foi deferido. Após não cumprir o plano de recuperação judicial, o viu convolado em falência por determinação judicial. Durante o curso da recuperação e de acordo com o plano apresentado, o administrador da Rosquinha Branquinha LTDA. EPP praticou uma série de atos de administração, endividamento e oneração, tendo, inclusive alienado parte do patrimônio da sociedade.**

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

**(A)** Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, razão pela qual os atos praticados devem ser anulados e o administrador da sociedade punido pela prática de crime falimentar.

**(B)** Na convolação da recuperação em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se válidos desde que praticados em acordo com o plano de recuperação apresentado, razão pela qual o administrador não deve ser punido pela prática de crime falimentar.

**(C)** Após a decretação da recuperação judicial, os atos de alienação e oneração do patrimônio da sociedade dependem da anuência do comitê de credores e da evidente utilidade reconhecida pelo juiz, o que não se verifica na situação acima exposta, razão pela qual o administrador deve ser punido pela prática de crime falimentar.

**(D)** Até a decretação da falência, o devedor poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente sem incorrer na prática de crime falimentar, razão pela qual o administrador não deve ser punido.

**(E)** A alienação do patrimônio da sociedade em recuperação judicial constitui ato fraudulento, do qual resulta prejuízo aos credores, de modo que o administrador que a praticar deverá responder por crime falimentar, bem como perdas e danos.

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do aluno sobre o processo de recuperação judicial, principalmente sobre a alienação e oneração do patrimônio da sociedade durante o processo de recuperação e as consequências de tais atos na falência. Competência e Perfil: C5 - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; P2 - capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: Recuperação Judicial, Convolução da recuperação judicial em falência.

## JUSTIFICATIVA

---

Dentro do processo de recuperação judicial é facultado ao administrador da sociedade alienar e onerar os bens sociais, desde que tal previsão conste do plano de recuperação judicial ou de ordem emanada do juízo recuperacional. Assim, de acordo com o art. 74 da Lei 11.101/2005, o estudante deve responder que o administrador judicial praticou ato regular, não sendo possível a sua punição.

## REFERÊNCIA

---

Artigo 66 da Lei 11.101/2005, no qual se lê “após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial”, e art. 74 da Lei 11.101/2005, no qual se lê “Na convolação da recuperação em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se válidos, desde que realizados na forma desta Lei”. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial, 7ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 875 e 876, nas quais se lê “A análise desse dispositivo, na prática, é extremamente relevante, uma vez que durante o período em que o plano estava sendo regularmente executado pode ter sido praticada uma série de atos de endividamento, oneração ou alienação de bens pelo devedor. Estes atos presumem-se plenamente válidos, conforme previsão expressa do art. 74 da LRE”.

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direito da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Empresarial (DE)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

AVALIAÇÃO

---

---

**57. (UNIFESO-2019) Analise o trecho do acórdão abaixo:**

**“[...] Alegação de violação ao princípio do contraditório e de impossibilidade de reconhecimento de imunidade religiosa a imóvel pertencente a particular, sendo caso de eventual enquadramento em hipótese de isenção tributária, na via administrativa, após demonstração de preenchimento dos requisitos legais. [...]”**  
**APELAÇÃO - 0213945-82.2011.8.19.0001 Des(a). MARCO ANTONIO IBRAHIM - Julgamento: 20/02/2019 - QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Aponte, dentre as opções abaixo, a que representa a diferença entre os institutos da imunidade e da isenção em Direito Tributário hábil a fazer com que o município, no caso concreto, busque enquadrar determinada situação em hipótese de isenção ao invés de imunidade, considerando o interesse arrecadatório.**

- (A) Isenção é revogável por lei municipal enquanto imunidade é cláusula pétrea.**
- (B) Imunidade é prevista na Constituição e isenção tem sua previsão em lei.**
- (C) Isenção é prevista em lei municipal e Imunidade em norma constitucional.**
- (D) Imunidade protege direitos fundamentais e isenção é um incentivo fiscal.**
- (E) Isenção tem a ver com o exercício da competência tributária enquanto imunidade delimita a competência tributária.**

## INTENÇÃO

---

Verificar a capacidade de aplicação dos conceitos de imunidade e isenção em matéria tributária. Competência e Perfil: C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P2 – capacidade

de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Conteúdo: Limitações constitucionais do poder de tributar. Imunidade. Isenção

## **JUSTIFICATIVA**

---

Isenção e Imunidade são institutos típicos do Direito Tributário que representam, em apertada síntese, formas através das quais o contribuinte ficará livre do pagamento de certos tributos, tendo a imunidade previsão constitucional e representando uma forma de proteção a certos direitos fundamentais, como a imunidade religiosa que protege o direito de crença e culto, razão pela qual são consideradas cláusulas pétreas, ou seja, não podem ser alteradas. Já a isenção é veiculada através de lei do ente tributante competente para instituição do tributo, sendo, em regra, passível de revogação, por constituir-se em um benefício fiscal discricionário. Considerando o interesse arrecadatório do fisco é interessante enquadrar determinada situação em isenção devido a possibilidade de revogação do incentivo, o que permitiria uma futura arrecadação. Tendo em vista que imunidade, como cláusula pétrea, é irrevogável, não existiria possibilidade de arrecadação futura.

## **REFERÊNCIA**

---

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, Cap.9, pág.299 a 301.

## **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

DIFÍCIL

## **CATEGORIA**

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## **SUBCATEGORIA**

---

Direito Tributário (DT)

## **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO

---

**58. (UNIFESO-2019) Analise o trecho do acórdão abaixo:**

**[...] ALEGAÇÃO DE QUE O ACESSÓRIO SE COMPREENDE NO PRINCIPAL, NO CONTEXTO DO CASO SOB EXAME, QUE NÃO PROSPERA, VEZ QUE DEU À MULTA APLICADA NO CASO CONCRETO O CARÁTER DE ACESSORIEDADE, UTILIZANDO O RACIOCÍNIO DA LEGISLAÇÃO CIVIL, O QUE NÃO PROCEDE. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (ARTIGO 113) QUE MOLDOU O CONCEITO DE OBRIGAÇÃO DE MODO DISTINTO DO QUE FEZ O DIREITO PRIVADO. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS QUE POSSUEM FATOS GERADORES E OBJETOS DISTINTOS E INDEPENDENTES, DE MODO QUE NO DIREITO TRIBUTÁRIO NÃO HÁ A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO GERAL DO DIREITO DE QUE O ACESSÓRIO SEGUE O PRINCIPAL. [...] APELAÇÃO - 0305893-76.2009.8.19.0001 - Des(a). MARIA ISABEL PAES GONÇALVES - Julgamento: 27/03/2019 - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

Tendo em vista a diferença de fatos geradores e objetos distintos e independentes entre Obrigação tributária principal e acessória, indique a opção que retrata esta diferença de acordo com a lei.

**(A)** A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos e a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.



**(B)** A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**(C)** A obrigação principal decorre da legislação tributária, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e a obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**(D)** A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal

**(E)** A obrigação principal decorre da legislação tributária, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e a obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**INTENÇÃO:** Verificar o conhecimento dos conceitos de obrigação principal e acessória em matéria tributária. Competência e Perfil: C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. . Conteúdo: Obrigação tributária: conceito e elementos.

**JUSTIFICATIVA:** Conforme didaticamente previsto no CTN: “Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória. § 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. § 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos”.

**REFERÊNCIA:** Artigo 113, §1º e §2º do CTN. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, Cap.22, pág.781 a 783.

**NÍVEL DE DIFICULDADE:** MÉDIO

**CATEGORIA:** Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

**SUBCATEGORIA:** Direito Tributário (DT)

**DOMÍNIO COGNITIVO:** CONHECIMENTO

(UNIFESO-2019) A Lei X, promulgada em 20 de outubro de 2018, determinou a majoração do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Já a Lei Y, promulgada em 16 de dezembro de 2018, reduziu o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Por fim, o Decreto Z, de 8 de janeiro de 2019, elevou a alíquota do Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Diante dessas hipóteses, é correto afirmar que.

**(A)** O IR poderá ser cobrado somente no exercício financeiro seguinte, ao passo que os novos valores do IPTU e do IPI poderão ser cobrados a partir da publicação dos diplomas legais que os implementaram.

**(B)** Todos os impostos mencionados no enunciado somente poderão ser cobrados no exercício financeiro seguinte à publicação dos diplomas legais.

**(C)** Na hipótese do enunciado, tanto o IR como o IPI estão sujeitos ao princípio da anterioridade nonagesimal, considerada garantia individual do contribuinte cuja violação causa o vício da inconstitucionalidade.

**(D)** O IPI, imposto de cunho nitidamente extrafiscal, em relação ao princípio da anterioridade, está sujeito apenas à anterioridade nonagesimal, o que significa que bastam 90 dias da publicação do decreto que alterou sua alíquota para que possa ser cobrado.

**(E)** O IR poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei, ao passo que os novos valores do IPTU e do IPI poderão ser cobrados a partir da publicação dos diplomas legais que os implementaram.

## INTENÇÃO

---

A questão busca verificar a aplicação prática dos princípios tributários contidos em nossa Constituição Federal. Competência e Perfil: C8 – atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; P3 – capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Conteúdo: Sistema Constitucional Tributário; Princípios do direito Tributário.

## JUSTIFICATIVA

---

Trata-se de limitação constitucional do poder de tributar. O princípio constitucional da não surpresa, significando surpreender o contribuinte com nova carga tributária, acolhido pelo sistema tributário nacional, compreende os princípios da anterioridade e anterioridade nonagesimal, artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c” da Constituição. Entretanto alguns impostos da União por possuírem uma carga de extrafiscalidade são exceções quanto a esses princípios nos termos do artigo 150, § 1º da CF.

## REFERÊNCIA

---

Constituição da República Federativa do Brasil; Código Tributário Nacional;

## NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

## CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

## SUBCATEGORIA

---

Direito Tributário (DT)

## DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

---

**59. (FCC -2018) Um empregado ajuizou reclamação trabalhista escrita em face de sua ex-empregadora requerendo sua condenação em horas extras, equiparação salarial e adicional de insalubridade. Na petição inicial constou a designação do juízo, a qualificação das partes, mas sem indicação do CNPJ da Reclamada, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido a ser liquidado em fase de execução, uma vez que o valor depende da produção de provas, a data e a assinatura do advogado. Atribuiu o valor da causa de R\$ 60.000,00.**

Nesse caso, e de acordo com a legislação vigente, a petição inicial

(A) não atende aos requisitos legais, uma vez que é obrigatória a indicação da qualificação das partes, inclusive com o número de seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

(B) atende aos requisitos legais, uma vez que somente no procedimento sumaríssimo os pedidos devem ser certos e determinados.

**(C) não atende aos requisitos legais, uma vez que o pedido deve ser certo, determinado e com indicação de seu valor.**

(D) atende aos requisitos legais somente no tocante às horas extras e equiparação salarial, uma vez que o adicional de insalubridade para ser deferido e fixado, depende de produção de prova pericial, não podendo ser liquidado de imediato.

(E) atende aos requisitos legais somente no tocante à equiparação salarial, uma vez que as horas extras dependem de prova a ser produzida em instrução processual para delimitar o seu montante, não podendo liquidadas de imediato, e o adicional de insalubridade,

igualmente, depende de prova pericial para fixação do grau em que se enquadra, se deferido.

### INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante sobre os requisitos da petição inicial trabalhista não só o rito sumaríssimo, mas também com as alterações produzidas no artigo 840 da CLT pela Lei 13.467/2017. Competência e habilidade verificadas: HC3: “fazer uso da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito”. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Conteúdos: I) petição inicial. II) requisitos. III) artigo 840 da CLT.

### JUSTIFICATIVA

---

A lei 13.467/2017 modificou substancialmente o artigo 840 da CLT, acrescentando requisitos mormente a necessidade de liquidação dos pedidos na inicial trabalhista.

### REFERÊNCIA

---

DELGADO, Maurício Godinho. A Reforma trabalhista no Brasil, Ed. LTR, 2017. A questão, adaptada, foi aplicada pela FCC, em 2018, em concurso para técnico judiciário do TRT 15ª região.

### NÍVEL DE DIFICULDADE

---

MÉDIO

### CATEGORIA

---

Direto da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

### SUBCATEGORIA

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

### DOMÍNIO COGNITIVO

---

APLICAÇÃO

---

---

**60. (FCC -2017) Conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho – TST, será concedida gratuidade no processo do trabalho às pessoas**

**(A) jurídicas, não bastando a mera declaração, sendo necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo.**

**(B) físicas apenas, desde que declarem, pessoalmente, ou por advogado, munido de procuração com poderes específicos para este fim, não terem condições de demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da família.**

**(C) físicas, desde que declarem pessoalmente não terem condições de demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da família, não sendo possível o deferimento para as pessoas jurídicas.**

**(D) jurídicas, bastando a juntada de declaração pessoal ou por advogado com poderes específicos, de que a parte não possui condições de arcar com as despesas do processo.**

**(E) físicas, desde que declarem pessoalmente não terem condições de demandar sem prejuízo do sustento próprio ou da família, e estiverem assistidas pelo sindicato de classe.**

### INTENÇÃO

---

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca das alterações produzidas pela Lei 13.467/2017 a respeito da concessão da gratuidade de justiça no âmbito do processo do trabalho, bem assim o conhecimento da Súmula 463 do TST, além do conhecimento do que prevê o CPC no artigo 98 acerca do assunto. Competência e habilidade verificadas: HC3: “fazer uso da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito”. Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de

conceitos e da terminologia jurídica”. **Conteúdos:** I) gratuidade de justiça. II) pessoa física e pessoa jurídica III) inserção do § 4º no artigo 790 da CLT pela Lei 13.467/2017.

### **JUSTIFICATIVA**

---

A lei 13.467/2017, denominada reforma trabalhista, modificou os requisitos para concessão da gratuidade de justiça, prevendo inclusive a concessão para a pessoa jurídica, o que não era possível de acordo com a vigente lei 55584/70 e o posicionamento do TST, modificado pela Súmula 463 do TST, que se adequou ao artigo 98 do CPC/2015.

### **REFERÊNCIA**

---

DELGADO, Maurício Godinho. A Reforma trabalhista no Brasil, Ed. LTR, 2017. A questão foi aplicada pela FCC, em 2017, em concurso para analista judiciário do TST. **JUSTIFICATIVA**  
A lei 13.467/2017 acresceu o §4º ao artigo 790 da CLT, determinando a possibilidade de concessão de gratuidade de justiça a empregador pessoa física e jurídica, nos termos ali previstos. A questão ainda envolve o conhecimento da Súmula ainda vigente do TST de número 463 e o disposto no artigo 98 do CPC.

### **NÍVEL DE DIFICULDADE**

---

MÉDIO

### **CATEGORIA**

---

Direito da Empresa, do Trabalho e dos Tributos (ETT)

### **SUBCATEGORIA**

---

Direito e Processo do Trabalho e Dir. Previdenciário (Trab/Prev)

### **DOMÍNIO COGNITIVO**

---

APLICAÇÃO

---

## QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DO TESTE DE PROGRESSO

As próximas questões visam levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Marque estas alternativas normalmente no gabarito de respostas.

Agradecemos sua colaboração.

---

### 1. Qual o grau de dificuldade percebido por você nas 10 primeiras QUESTÕES OBJETIVAS DE CONHECIMENTO GERAL?

- (A) Muito fácil.
  - (B) Fácil.
  - (C) Médio.
  - (D) Difícil.
  - (E) Muito difícil.
- 

### 2. Qual o grau de dificuldade percebido por você para responder ao(s) item(ns) da QUESTÃO DISCURSIVA DE CONHECIMENTO GERAL?

- (A) Muito fácil.
  - (B) Fácil.
  - (C) Médio.
  - (D) Difícil.
  - (E) Muito difícil.
- 

### 3. Qual o grau de dificuldade percebido por você nas demais QUESTÕES OBJETIVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO?

- (A) Muito fácil.
  - (B) Fácil.
  - (C) Médio.
  - (D) Difícil.
  - (E) Muito difícil.
- 

### 4. Qual o grau de dificuldade percebido por você para responder ao(s) item(ns) da QUESTÃO DISCURSIVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO?

- (A) Muito fácil.
  - (B) Fácil.
  - (C) Médio.
  - (D) Difícil.
  - (E) Muito difícil.
- 

### 5. As informações/Instruções das questões foram suficientes para resolver as questões apresentadas?

- (A) Sim, até excessivas.
- (B) Sim, em todas elas.
- (C) Sim, na maioria delas.
- (D) Sim, somente em algumas.
- (E) Não, em nenhuma delas

---

**6. Você se deparou com alguma dificuldade em responder à prova. Qual?**

- (A) Desconhecimento do conteúdo
- (B) Forma diferente de abordagem do conteúdo.
- (C) Espaço insuficiente para anotações pertinentes e desenvolvimento de cálculos
- (D) Falta de motivação para fazer a prova.
- (E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova

---

**7. Considerando o conteúdo abordado nas questões da prova, você percebeu que**

- (A) Não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
- (B) Estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- (C) Estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- (D) Estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
- (E) Estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

---

**8. Considerando sua auto-avaliação em relação aos Testes de Progresso já realizados:**

- (A) Esta é a primeira vez que faço o Teste de Progresso
- (B) Me senti capaz de perceber progressos a cada ano realizado
- (C) Meu desempenho não tem se alterado em cada teste
- (D) Apresentei declínio em relação ao último teste
- (E) Não considero importante a auto-avaliação pelo Teste de Progresso

---

**9. Sobre os resultados dos Testes de Progresso anteriores:**

- (A) Esta é a primeira vez que faço o Teste de Progresso
- (B) Recebi o resultado impresso, entregue pela coordenação do meu curso
- (C) Retirei o resultado diretamente do site institucional
- (D) Não tive interesse em verificar o meu resultado
- (E) Não sabia que o resultado do teste era divulgado

---

**10. Como você gostaria de receber a avaliação efetuada sobre suas respostas às QUESTÕES DISCURSIVAS de Conhecimentos Gerais e Conhecimento Específico?**

- (A) Não me interesso pelas questões discursivas.
- (B) Tenho pouco interesse nas questões discursiva, e basta a nota publicada no relatório individual.
- (C) Me interesso pelas questões discursivas, mas basta a nota publicada no relatório individual.
- (D) Me interesso pelas questões discursivas, quero receber a nota publicada no relatório individual e as páginas das minhas provas com as correções efetuadas
- (E) Me interesso pelas questões discursivas, quero receber a nota publicada no relatório individual e as páginas das minhas provas entregues pelo próprio corretor, para ter maiores explicações sobre o meu desempenho